



**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

MARIA JOSÉ CAVALCANTI DE ANDRADE

**ANÁFORAS ENCAPSULADORAS NA VOZ DO NARRADOR DE MENINO DE
ENGENHO**

RECIFE

2015

MARIA JOSÉ CAVALCANTI DE ANDRADE

**ANÁFORAS ENCAPSULADORAS NA VOZ DO NARRADOR DE MENINO DE
ENGENHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências da Linguagem na Linha de Pesquisa Processos de Organização Linguística e Identidade Social da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP para obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Isabela Barbosa do Rêgo Barros

RECIFE

2015

**ANÁFORAS ENCAPSULADORAS NA VOZ DO NARRADOR DE MENINO DE
ENGENHO**

MARIA JOSÉ CAVALCANTI DE ANDRADE

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora como requisito para o título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Recife, 31 de março de 2015

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Isabela Barbosa do Rêgo Barros
Universidade Católica de Pernambuco
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Roberta Varginha Ramos Caiado
Universidade Católica de Pernambuco
(Avaliadora interna)

Prof^a. Dr^a. Suzana Leite Cortez
Universidade Federal de Pernambuco
(Avaliadora externa)

**Recife
2015**

Dedico este estudo a Deus, força incomparável e imensurável.

EPÍGRAFE

Louvem o nome do Senhor. Porque ele disse, e foram feitas as cousas; ele mandou, e elas foram criadas.

Ele as estabeleceu para sempre, e pelo século do século; preceito pôs, e não se quebrantará.

(Salmo 148, 5-6)

AGRADECIMENTOS

A DEUS, minha fortaleza, meu refúgio, meu caminho e meu exemplo inesgotável de amor e misericórdia;

Aos professores do Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco pela competência, seriedade e dignidade com que conduzem seus alunos ao mundo das teorias científicas;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP);

À professora e orientadora Isabela Barbosa do Rêgo Barros pelo incentivo, pela dedicação, pela competência e pelo companheirismo nas viagens maravilhosas que fizemos ao mundo da referenciação, das anáforas encapsuladoras e da teoria polifônica de Ducrot;

À professora Roberta Varginha Gomes Caiado, Coordenadora do Mestrado em Ciências da Linguagem e professora de Linguística Textual, que ao ministrar suas aulas, instigou em mim a paixão pela referenciação e pelas anáforas encapsuladoras;

Ao professor Karl Heinz Efken pelas valiosas contribuições nas disciplinas ministradas: Filosofia da linguagem e Epistemologia e metodologia científica;

Às professoras Glória Maria Carvalho e Maria de Fátima Vilar de Melo pelas edificantes discussões na disciplina Leitura dirigida: sobre a equivocidade da língua;

À banca examinadora, pelas contribuições a esse trabalho;

À professora Suzana Leite Cortez pelas valiosas contribuições na banca de qualificação e na banca de defesa dessa pesquisa;

Aos colegas da 12ª turma do Mestrado em Ciências da Linguagem pelas discussões, os estudos em grupo, a apresentação de artigos, resumos, resenhas e seminários que muito favoreceram o nosso crescimento intelectual;

Aos funcionários da Secretaria dos Mestrados Niceas, Nélia, Sérgio e Eliene, que sempre dispostos a atender bem aos discentes do programa, merecem nossa gratidão para sempre;

Ao meu marido Nílson Bandeira de Andrade, pelo incentivo, o apoio e o sentimento nobre que tem em seu coração: o amor pela esposa e companheira de vida;

Aos meus amados filhos Ícaro Bandeira Cavalcanti de Andrade e Felipe Bandeira Cavalcanti de Andrade pela força que me deram para a realização dessa pesquisa;

Aos meus pais Antônio Cavalcanti de Andrade e Lenira Maria Cavalcanti de Andrade por perceberem o meu prazer pela leitura desde tenra idade e pelo incentivo nos estudos;

Aos meus avós paternos Sebastião Cavalcanti de Lacerda (In memorian) e Nivalda de Andrade Gaião (In memorian) pelo amor incondicional que tinham por mim. Lembro-me que compravam gibis para que eu me deleitasse nas histórias em quadrinhos de Luluzinha, Bolinha, Turma da Mônica;

Ao meu tio Luís Cavalcanti de Andrade que sempre acreditou em mim;

À Dr. Mauri Vieira Costa e à Prof^a Genilda Barbosa, respectivamente, Diretor Geral e Secretária Geral da Faculdade Luso-Brasileira (FALUB) pela oportunidade que me deram para exercer a docência universitária, colocando em prática os meus conhecimentos científicos no curso de Letras da referida instituição de ensino superior;

Aos colegas da Escola João Cavalcanti Petribu, de Paudalho, que me incentivaram nos momentos em que precisava ouvir " Vai, você consegue. Vai dar tudo certo. Estou na torcida". Esses companheiros de jornada laboral jamais esquecerei.

RESUMO

A presente dissertação intitulada *Anáforas encapsuladoras na voz do narrador de Menino de engenho* tem como objetivo primeiramente identificar os encapsulamentos anafóricos que ocorrem em alguns fragmentos da voz do narrador da obra literária de José Lins do Rego. Sobre as anáforas, observamos a sua importância no contexto em que estão sendo utilizadas, facilitando a compreensão do sentido dos objetos-de-discurso previamente colocados no texto. Levando-se em consideração os estudos sobre a Linguística textual, especificamente a teoria da Referenciação, baseamo-nos no referencial teórico dos trabalhos de Koch (2011b, 2014); Koch & Elias (2012); Mondada & Dubois (2003); Cavalcante (2013); Cortez (2012) para respaldar a investigação sobre as anáforas. Além disso, temos como objetivo discutir as anáforas encapsuladoras na voz do narrador, que, concedeu-nos, à luz da polifonia de Oswald Ducrot (1987), distinguir o narrador/locutor do narrador/enunciador. Ademais, há um jogo de vozes, haja vista que surge a indagação: ora é o narrador/locutor que surge ou o narrador/enunciador? A partir disso, evidenciamos a relevância do contexto para identificação da voz que se enuncia. Analisamos, a partir dos estudos realizados sobre as anáforas encapsuladoras e a teoria polifônica de Ducrot, alguns fragmentos da obra que comprovam os encapsulamentos e sua relação com a voz do narrador. As expressões anafóricas fortalecem o dito pelo narrador e revelam os enunciados pelas vozes que surgem no contexto. A escolha do referido cânone literário deve-se à analogia entre a narrativa memorialista e a própria anáfora pelo fato de que em ambas há um movimento de retorno, que faz retomar algo que foi vivido (no caso da narrativa) ou que foi dito (no caso da anáfora). A narrativa memorialista trabalhada não no viés da literariedade em si, mas na análise da profusão de vozes que surgem nas expressões anafóricas evidencia a relevância dos estudos linguísticos bem como seus usos na obra literária em pauta que, por sua vez, reflete a pluralidade da ação e diz algo sobre o mundo real.

Palavras-chave: Anáforas encapsuladoras. Narrativa. Memórias. Polifonia.

ABSTRACT

This Anaphoras dissertation entitled encapsulating the voice of the *Menino de engenho* narrator aims to first identify the anaphoric tunnels that occur in some fragments of the voice of the narrator of the novel by José Lins do Rego. About the anaphora, observe its importance in the context in which they are being used, facilitating the understanding of the meaning of the objects of-speech previously placed in the text. Taking into account the studies on the textual linguistics, specifically the theory of referencing, we rely on the theoretical framework of Koch's work (2011b, 2014); Koch & Elias (2012); Mondada & Dubois (2003); Cavalcante (2013); Cortez (2012) to support research on anaphora. In addition, we aim to discuss the encapsulation anaphora in the narrator's voice, which gave us the light of polyphony Oswald Ducrot (1987), distinguish the narrator / announcer of the narrator / enunciator. In addition, there is a "mess" of voices, given that arises the question: now is o narrador / announcer who comes or the narrator / enunciator? From this, we saw the relevance of voice identification context that sets out. Analyzed, from studies on the encapsulation anaphora and polyphonic theory Ducrot, some fragments of the work that prove the tunnels and their relationship to the voice of the narrator. Anaphoric expressions strengthen said by the narrator and reveal the statements by the voices that arise in the context. The choice of such literary canon is due to the analogy between narrative and memoir itself anaphora by the fact that in both there is a return movement, which is getting back something that was lived (in the case of the narrative) or what was said (in case of anaphora). The narrative memoir worked not in the bias of literariness itself, but the analysis of the multitude of voices that arise in anaphoric expressions highlights the relevance of linguistic studies and their uses in the literary work in question which, in turn, reflects the plurality of action and says something about the real world.

Keywords: Anaphoras encapsulation. Narrative. Memories. Polyphony.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
METODOLOGIA.....	17
1. ANÁFORAS ENCAPSULADORAS E PROGRESSÃO TEXTUAL.....	22
1.1 Coesão textual.....	22
1.2 Referenciação.....	26
1.3 Anáforas encapsuladoras.....	32
1.4 Os encapsuladores e a argumentação.....	37
1.5 A progressão textual.....	40
2. POLIFONIA E ENUNCIÇÃO.....	43
2.1 Polifonia em Oswald Ducrot.....	46
3. DISCUSSÃO SOBRE A POLIFONIA DAS VOZES NAS ANÁFORAS ENCAPSULADORAS EM MENINO DE ENGENHO.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70

INTRODUÇÃO

Nesta investigação, focaremos o estudo das anáforas encapsuladoras na voz do narrador do romance *Menino de engenho*, de José Lins do Rego. Sabemos que de acordo com Koch & Elias (2012, p. 132), " O processo que diz respeito às diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes é chamado de **referenciação**." A partir do processo de retomada do referente de forma anafórica, deter-nos-emos no estudo das anáforas encapsuladoras por compor um dos objetos de estudo desse trabalho. Posteriormente, focaremos a teoria polifônica de Oswald Ducrot (1987), que será o arcabouço teórico utilizado para o estudo das vozes que surgem e por vezes se entrecruzam no discurso. Assim, o narrador do romance utiliza uma linguagem carregada de marcas de subjetividade, consolidando que a língua se constrói no discurso pelos sujeitos. Os referentes estabelecidos no próprio discurso são fortalecidos pelos encapsuladores, que, dotados de potencial argumentativo, são estratégias de progressão textual. Enfim, o texto progride, caminha e de forma clara, intensificando o que fora dito previamente através dos objetos-de-discurso. As anáforas encapsuladoras são recursos de progressão textual e interessante é observarmos que quando elas são utilizadas na voz do narrador revelam a dinâmica da vida, consolidando as memórias, os sentimentos, o aprendizado que fizeram parte da história do menino de engenho. Convictamente, há uma progressão com relação ao tempo e ao que ele concede aos seres humanos quanto às experiências e vivências. O que o menino Carlos vivera no engenho, suas proezas, sua convivência com os outros meninos, com os membros de sua família e, enfim, com todos com os quais convivera ficou guardado em suas memórias para sempre.

Efetiva-se a importância das expressões anafóricas que são utilizadas pelo narrador, pois, conforme Koch (2011b), elas encapsulam as informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, sintetizando-as na forma de um substantivo predicativo.

Conforme Cortez (2012, p. 12-13), as discussões sobre o processamento textual da anáfora até meados da década de 80, demonstravam que era tratada

como simples retomada de elementos, a nível linguístico em concordância sintática ao antecedente explícito na cotextualidade. Posteriormente, a relação anafórica passou a ser analisada por meio de fatores linguísticos e sobretudo pragmáticos, sociointeracionais e cognitivos.

Nessa pesquisa, as expressões anafóricas são analisadas através de fatores linguístico-enunciativos na medida em que elas evidenciam não apenas a voz do narrador, mas também outras vozes que surgem no discurso. É válido pontuar que as anáforas encapsuladoras muito têm a revelar do autor, do narrador, do locutor e finalmente do enunciador.

A obra supracitada foi selecionada para essa pesquisa, pois, é uma narrativa de cunho memorialista, que remete ao passado através das memórias do narrador Carlos, o neto do coronel Zé Paulino. Todo um contexto espaço-temporal figura no romance, revelando ao leitor aspectos (auto) biográficos do próprio narrador que se entrega às lembranças do tempo em que fora morar no engenho do avô.

Associando a obra ao objeto de pesquisa, temos uma analogia que se dá mediante às anáforas serem recursos que retornam ao que foi dito anteriormente. Daí, tanto no romance que é uma narrativa memorialista, quanto no encapsulamento anafórico há um movimento de retroação, ou seja, de volta, de retorno ao antecedente, ao que estava posto. No caso da narrativa, trata-se do ato de narrar o que fora vivido, experimentado pelo menino Carlos. Há, portanto, uma retroação. A narrativa em si remete ao que fizera parte do mundo do garoto quando da sua vivência no engenho do avô em tempos passados. Reportando-nos às anáforas encapsuladoras, elas sumarizam um contexto precedente e também criam, elaboram, inauguram novos referentes a partir da própria recategorização desses referentes. Como as anáforas e a própria obra assemelham-se nesse ponto, justificamos a temática ora abordada no presente estudo. Desde que entre esses dois elementos existe algo que os identifica como afins, isso, cremos, favorece essa pesquisa de forma a contemplar Língua e Literatura, com uma ressalva apenas : a escolha do cânone literário não foi para refletir sobre a que ele se propõe como obra literária em si, mas para entendimento da utilização dos encapsuladores na voz do narrador, efetivando, então, a compreensão da linguagem em contexto literário. A esse respeito, reportamo-nos a:

(...) a literatura aparece como um *ornamento* adicionado a uma língua, que é por natureza dedicada às tarefas de comunicação mais elementares. Essa representação cômoda é, no entanto, inadequada: longe de ser um ornamento contingente, a literatura participa da construção da língua. De fato, existe uma relação essencial entre a construção da identidade de uma língua e a existência de uma literatura, de um corpus de enunciados estabilizados e valorizados esteticamente: a produção de enunciados de qualidade dá qualidade da língua. (MAINGUENEAU, 2010 *apud* BRAIT, 2010, p.29).

Língua e literatura entrelaçam-se, possibilitando o estudo sobre as anáforas encapsuladoras na voz do narrador na obra *Menino de engenho*, de José Lins do Rego, um importante autor da literatura brasileira e que muito representou para a geração de 1930, focando o ciclo da cana-de-açúcar do nordeste brasileiro. Acerca disso, Bosi (2006) comenta:

Descendente de senhores de engenho, o romancista soube fundir numa linguagem de forte e poética oralidade as recordações da infância e da adolescência com o registro intenso da vida nordestina colhida por dentro, através dos processos mentais de homens e mulheres que representam a gama étnica e social da região. (BOSI, 2006, p.398).

O autor assume o papel do narrador e traz à tona suas lembranças, propiciando ao leitor um jogo de vozes. Será o autor ou apenas o narrador que ora se manifesta em suas palavras? A figura do narrador é tão forte, de tamanha participação no romance que através do uso que o autor faz da linguagem, torna-se perceptível o quão maravilhoso e novo representou o mundo do engenho do avô para Carlos (o narrador da obra). Os homens e mulheres com os quais conviveu o narrador/autor do romance propiciaram-lhe um conhecimento vasto sobre os costumes de uma sociedade que era composta na época pelos senhores de engenho, as famílias destes, os negros do engenho, os feitores e capatazes dos proprietários de terras.

O objetivo geral desse estudo é investigar a polifonia das vozes que se apresentam nas expressões anafóricas utilizadas pelo narrador em alguns trechos do romance *Menino de engenho*. Para isso, especificamente, conceituaremos os encapsuladores segundo os estudiosos da área, identificaremos os encapsulamentos na obra e analisaremos a polifonia das vozes do narrador que ora se apresenta como locutor/enunciador ora apenas como locutor.

No primeiro capítulo dessa investigação, abordaremos a coesão textual que se revela por meio da seleção dos vocábulos e dos nexos e pela relação existente entre os elementos que compõem o texto. Destacamos, porém, que a coesão será estudada não apenas por ser um dos fatores responsáveis pela textualidade, mas por ser um movimento textual que pode se estabelecer por meio de recurso anafórico, uma vez que há a escolha dos vocábulos que compõem as expressões anafóricas. A anáfora, conseqüentemente, promove a progressão textual. Enfim, nesse capítulo, abordaremos a anáfora encapsuladora como elemento coesivo e de referenciação.

De acordo com Marcuschi (1983 *apud* KOCH & TRAVAGLIA, 1989, p.21) "a coesão refere-se à estruturação da seqüência superficial do texto e à sua organização linear sob o aspecto estritamente linguístico". Ainda de acordo com o autor (2008), um texto não é uma simples seqüência de frases bem formadas. Com isso, foca-se a questão de que essa seqüência deve preencher certos requisitos de sequencialidade textual que são determinados pela coesão. Interessante é percebermos em

Nessa perspectiva, as categorias textuais devem abranger tanto os aspectos sintáticos como os semânticos e pragmáticos, já que o texto deve ser visto como uma seqüência de atos enunciativos (escritos ou falados) e não uma seqüência de frases de algum modo coesas. Nesse sentido, a coesão explícita não é uma condição necessária para a textualidade. (MARCUSCHI, 2008, p. 102).

Com a citação supra, fica explícito que o texto deve ser visto como uma seqüência de atos enunciativos. Valendo-nos dessa proposição do referido autor, colocamos que a pesquisa foca os aspectos enunciativos quando destaca a polifonia na voz do narrador de *Menino de engenho*. Como a coesão também pode se estabelecer por meio das anáforas encapsuladoras, é pertinente mencionar a importância dos processos de interpretação referencial de acordo com os dados anafóricos. Cabe-nos, pois, lembrar que o encapsulamento indica ao leitor como interpretar tanto o texto que lhe é apresentado quanto compreender o percurso argumentativo proposto pelo produtor.

Os conceitos de coesão com os quais trabalharemos são dos seguintes teóricos: Marcuschi (1983); Koch (2012, 2014); Beaugrande & Dressler (2005); Kato (1987).

Em seguida, comentaremos sobre a Teoria da Referenciação à luz dos postulados de Marcuschi (2008); Koch (2011b, 2014); Koch & Elias (2012); Koch & Marcuschi (1998); Fávero & Koch (2012); Mondada & Dubois (2003); Cavalcante (2013); Cortez (2012); Souza (2010).

Percebemos em Rastier (1994 *apud* MONDADA & DUBOIS, 2003, p. 20) que a referenciação não diz respeito à "uma relação de representação das coisas ou dos estados de coisas, mas a uma relação entre o texto e a parte não linguística da prática em que ele é produzido e interpretado". Segundo o autor, a relação entre o texto e a parte não linguística da prática em que ele é produzido é que determina a referenciação. Podemos entender que ela [a referenciação] é de natureza referencial, ou seja, como o próprio nome indica, refere-se a algo situado, depende do contexto para que haja interpretação do que está sendo colocado na produção discursivo-textual.

Posteriormente, discorreremos sobre as anáforas encapsuladoras com base nos estudos de Koch (2008; 2011b); Koch & Elias (2012); Cavalcante (2013); Conte (2003); Cortez (2012); Lunardi & Freitas (2012).

Discutiremos sobre os encapsuladores e, para isso, mencionaremos a argumentação por se aplicar ao domínio do discurso. Os postulados de Plantin (2008), Conte (2003) e Koch (2008, 2011a) são abordados de forma a apresentar a importância dos encapsuladores na argumentação e como contribuem para a progressão textual.

No capítulo II dessa dissertação, abordaremos a teoria polifônica de Oswald Ducrot com base no livro *O dizer e o dito* (1987). O capítulo VIII da referida obra serviu-nos como referencial teórico para discutirmos sobre as vozes do locutor/enunciador e quando estas vozes são facilmente identificadas ou quando se confundem. É válido ressaltar que, para Ducrot (1987, p.174), "o sentido é uma qualificação da enunciação, e consiste notadamente em atribuir à enunciação certos poderes ou certas conseqüências". Para o autor, a enunciação é o acontecimento correspondente à produção do enunciado. E é justamente na enunciação que se constitui o sentido do enunciado.

Finalmente, no capítulo III, faremos a análise das anáforas encapsuladoras na voz do narrador de *Menino de engenho* e discutiremos sobre o locutor/enunciador, quando estes assumem seus papéis no enunciado de forma clara ou quando há um jogo de vozes em determinadas partes do texto. O narrador Carlos ora surge como locutor/enunciador, ora apenas como locutor em alguns trechos selecionados para objeto de estudo e análise.

A apreciação da obra à luz dos encapsuladores e da polifonia de Ducrot na voz do narrador respalda a importância desse trabalho, haja vista que muitas pesquisas com anáforas encapsuladoras são realizadas com textos jornalísticos, jurídicos, midiáticos, enfim, com outros gêneros textuais, mas, com cânones literários, percebemos ainda serem limitados os estudos.

Creemos que a pesquisa, indubitavelmente, oferecerá subsídios, a partir das contribuições da Linguística Textual e da Linguística da Enunciação para a compreensão da relação entre os encapsuladores utilizados na voz do narrador do romance em pauta e a própria narrativa. Esse estudo facilitará o entendimento da função do locutor/enunciador nos contextos em que se pode observar a presença desses dois sujeitos da enunciação.

Ademais, concebemos que unir os estudos linguísticos e literários é de suma importância para a reflexão acerca das ocorrências da língua em textos da literatura, quer seja em prosa ou em versos. Na verdade, o texto literário apresenta a própria realidade, não é criado aleatoriamente, não surge do acaso. Ele traz a realidade ao conhecimento do leitor através da ficção, da imaginação e do talento inventivo do autor. Enfatizamos que o viés científico que procuramos focar é o dos encapsulamentos anafóricos na voz do narrador de uma relevante obra literária do Modernismo brasileiro, que, por sua vez, faz uma excelente representação da língua de conformidade com as particularidades do gênero textual romance, à qual pertence. Compreendemos que a pesquisa contribuirá para que se instigue novas reflexões a respeito da temática em pauta.

METODOLOGIA

A investigação ora apresentada utiliza métodos qualitativos para direcionar nossos estudos ao longo do seu percurso. A análise dos dados é apresentada de forma descritiva, pois, é por meio do trabalho de descrição que os dados são coletados. O método qualitativo empregado nessa pesquisa busca o entendimento dos fenômenos estudados. Para tanto, essa dissertação tem seu foco de interesse na obtenção de dados que nos permitiram analisar e discutir a utilização das anáforas encapsuladoras na voz do narrador de *Menino de engenho*, de José Lins do Rego.

A obra selecionada permite o estudo sobre o projeto literário da geração de 1930, focando o ciclo da cana-de-açúcar do Nordeste brasileiro. A escolha justifica-se pela questão da identidade entre a anáfora e o romance: ambos retornam a um antecedente; esta, quando sumariza, encapsula o que foi posto previamente, é, na verdade, objeto-de-discurso que se presentifica na condição de estabelecer uma ligação com o dito anteriormente de forma a argumentar e fazer com que o texto progrida, caminhe. E aquele, com o fato de ser narrativa memorialista e retornar ao passado, trazendo, nas memórias do narrador, lembranças de acontecimentos que também se presentificam pelo fato de carregar aspectos sentimentais bastante significativos. As marcas anafóricas através das vozes que se enunciam marcam a dinamicidade da vida do autor/narrador/personagem. As passagens narradas revelam cronologicamente a progressão de vida do narrador/personagem, ou seja, como sua vida evolui diacronicamente. A respeito dessa evolução na vida do narrador, é interessante observarmos esse fragmento da obra em estudo:

Eu não sabia nada. Levava para o colégio um corpo sacudido pelas paixões de homem feito e uma alma mais velha do que o meu corpo. Aquele Sérgio, de Raul Pompeia, entrava no internato de cabelos grandes e com uma alma de anjo cheirando a virgindade. Eu não: era sabendo de tudo, era adiantado nos anos, que ia atravessar as portas do meu colégio.

Menino perdido, menino de engenho. (REGO, 2010, p. 14).

Notamos, portanto, a progressão de vida do narrador da obra quando enfatiza no trecho acima que sabia de tudo, que entendia muito da vida, que possuía experiências que muitos outros meninos de sua idade não tinham. O narrador faz alusão a Sérgio, narrador-protagonista da obra *O ateneu*, de Raul Pompeia, romance que, segundo Oliveira (1999, p. 306), "Trata-se de uma obra-prima, um dos grandes romances de nossa Literatura. É uma obra de difícil classificação. Em sua época foi enquadrada no Naturalismo [...]".

A dinamicidade da vida do narrador é observada no romance *Menino de engenho*. E o menino Carlos rememora, através de lembranças, como os anos que vivera no engenho do seu avô contribuíram para que ele adquirisse a experiência de vida que possuía quando atravessou as portas do colégio.

A história conta a infância do menino Carlos que ficara órfão aos quatro anos, quando sua mãe foi tragicamente assassinada pelo próprio marido. Carlinhos é levado pelo tio Juca para o engenho Santa Rosa, pertencente ao seu avô materno, o Coronel José Paulino. Nesse mesmo tempo, o pai do menino é levado para um hospício. Nas terras do avô, Carlinhos vai conhecer a tia Maria, moça boa e generosa, que será para ele sua segunda mãe. Também conhece a tia Sinhazinha, uma senhora idosa com cerca de setenta anos, cunhada do seu avô e que implicava com tudo e com todos.

Em companhia dos primos, Carlinhos conhece um mundo de aventuras, desigualdades sociais vividas pelos empregados do engenho, promiscuidade e desrespeito sexual. O menino apaixonara-se por sua primeira professora (Judite) e pela prima Maria Clara. O menino jamais esquece alguns episódios que marcaram sua vida para sempre. A exemplo, temos a grande enchente que destruiu plantações, casas, pessoas e animais, a morte da prima Lili, o cangaceiro Antônio Silvino, o caso do lobisomem, a morte do negro José Gonçalo e a de um trabalhador. Isso tudo, além de retratar a real vida no engenho, muito contribuiu para a construção da identidade do menino.

Com o casamento de tia Maria, a velha Sinhazinha passou a cuidar do menino. Todo o carinho, o sentimento materno que sentia pela tia Maria deixou-o muito triste quando ela fora embora do engenho após o casamento. Passou a

conviver sob os cuidados da tia Sinhazinha que possuía rigidez e severidade na forma de tratamento com todos. A repressão, porém, levou-o a um estado maior de libertinagem, principalmente sexual. Contraiu uma doença venérea aos doze anos com Zefa Cajá. Enfim, a família decide mandá-lo para o colégio interno.

Conforme Oliveira (1999, p. 490-491), José Lins do Rego, o autor de *Menino de engenho*, nasceu em 03/06/1901, no Engenho do Corredor, município de Pilar, Paraíba. Lá passou a infância, onde colheu as memórias presentes em sua obra. Cresceu no mundo canavieiro nordestino numa época em que começava o colapso econômico decorrente da substituição dos velhos engenhos de cana-de-açúcar pelas usinas trazidas pela industrialização. Aos 12 anos, foi estudar em Itabaiana, na Paraíba, trocando a liberdade do engenho pela cidade. Em seguida foi para João Pessoa, capital do estado fazer o curso secundário no Colégio Pio X. Nesse período, publicou seu primeiro artigo de jornal, aos 17 anos. Formou-se em Direito pela Universidade do Recife. Conviveu com boa parte da elite cultural pernambucana como Gilberto Freire e José Américo de Almeida, o que lhe rendeu um grande desenvolvimento intelectual.

Ainda de acordo com Oliveira (idem), José Lins do Rego foi nomeado promotor público em Manhuaçu, Minas Gerais, mas não se adaptou ao cargo. Preferiu ir para Alagoas onde foi fiscal de banco. Conheceu outros escritores que, com ele, constituiriam a geração do regionalismo de 1930. O autor peregrinou sem sucesso por várias editoras na tentativa de publicar seu primeiro romance, *Menino de engenho*, até que uma editora desconhecida concordou em publicá-lo desde que a expensas do autor, o que foi feito. O livro foi lançado em 1932 e esgotou-se rapidamente. A crítica foi excelente, e o autor recebeu o prêmio, na categoria romance, da Fundação Graça Aranha. Faleceu aos 56 anos de idade, em 12/09/1957. O autor era dotado de um temperamento extrovertido e caracterizou-se como um autor de forte carga afetiva. O romance de estreia, *Menino de engenho*, apresenta traços autobiográficos.

Após essa breve apresentação acerca do cânone literário bem como de seu autor, vale ressaltar que a obra selecionada para essa pesquisa contribuiu significativamente para que a temática em pauta fosse trabalhada de modo que o leitor percebesse a analogia entre as anáforas e o próprio romance autobiográfico de

cunho memorialista. As memorações, as lembranças e as experiências do menino de engenho são verificadas em todo o texto e em especial nos encapsulamentos anafóricos que carregam em si as vozes que se apresentam no discurso.

Vejamos agora o percurso metodológico da referida pesquisa. A coleta dos dados deu-se da seguinte forma:

Primeiro, selecionamos a obra *Menino de engenho*, de José Lins do Rego para a realização desse estudo pela analogia entre as anáforas encapsuladoras que remetem ao que foi dito e o romance memorialista que retoma as vivências do menino Carlos.

Posteriormente, a leitura da obra possibilitou-nos verificar o uso das anáforas encapsuladoras na voz do narrador da história em alguns trechos selecionados. As ocorrências das anáforas encapsuladoras registraram pertinentemente sumarizações, além de possibilitaram a progressão textual, de modo a acrescentar informações novas, que valorizaram o contexto precedente. Vale ressaltar que as anáforas encapsuladoras analisadas não constituem a totalidade dos encapsulamentos da obra *Menino de engenho*, porém, consideramos serem o suficiente para compor o corpus desse trabalho. Daí, encontramos várias ocorrências de anáforas, formadas distintamente, a saber: pronome demonstrativo + substantivo + adjetivo / pronome demonstrativo + substantivo / substantivo + preposição + pronome demonstrativo + substantivo e, finalmente, de pronome demonstrativo + substantivo + locução adjetiva. Os aspectos morfossintáticos contribuem para a formação dos encapsulamentos de modo a conferir-lhes sentido textual e facilitar-lhes a compreensão dos referentes ora expostos.

Dando continuidade, analisamos à luz da teoria polifônica de Ducrot, as vozes que são utilizadas nas anáforas encapsuladoras da voz do narrador da obra. Dessa forma, as anáforas encapsuladoras aludem ao referente previamente colocado, marcando os sentimentos, as lembranças e as vivências do narrador. O sentido memorialista surge nos encapsulamentos anafóricos, revelando, através da enunciação, a voz que fala. Percebemos que as anáforas ocorrem de várias formas, ou seja, em seus contextos de uso, elas apresentam sentidos diversificados de

acordo com o posicionamento do narrador (se locutor apenas, se locutor/enunciador).

Consequentemente, as vozes do locutor/enunciador ou são facilmente identificadas ou se confundem com a de outro personagem, a saber, a do avô de Carlos (narrador). Nesse jogo de vozes, eis que a compreensão de quem são o locutor, o enunciador, o narrador e o autor garante o entendimento do sentido textual de modo que a enunciação apresenta-se como a ação de enunciar e o enunciado é o produto, o que se está realizando no discurso.

1. ANÁFORAS ENCAPSULADORAS E PROGRESSÃO TEXTUAL

Sabemos que há uma articulação entre as noções de anáforas encapsuladoras, coesão textual, referenciação, rotulação e argumentação. Dentro dessa concepção e de acordo com as análises realizadas nos trechos da obra *Menino de engenho*, destacamos a relação ora citada. Essas noções estão intrinsecamente ligadas haja vista que os encapsulamentos possuem relevância não apenas por sumarizar algo que fora posto no texto, mas, por ter função coesiva, pela construção de referentes no interior *do* e *através* do próprio discurso, por inaugurar um novo referente e por ter potencial argumentativo.

Vejam, a seguir, as noções que relacionam-se às anáforas encapsuladoras e contribuem para a compreensão textual.

1.1 Coesão Textual

Como critério de textualidade, a coesão é centrada no texto. Segundo Koch (2012,p.15), existem mecanismos que assinalam determinadas relações de sentido entre enunciados ou partes de enunciados. É a partir desses mecanismos que se vai tecendo a "tessitura" textual. Então, a coesão é a forma como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se interligam.

Marcuschi (1983) afirma que os fatores de coesão não são princípios meramente sintáticos, mas sim mecanismos formais de uma língua que permitem estabelecer, entre os elementos linguísticos do texto, relações de sentido. Alguns textos tem coerência, mas não possuem elementos de coesão.

Para Marcuschi (1983 *apud* KOCH, 2012, p. 17), no entanto, existem textos destituídos de recursos coesivos, e em que a continuidade se dá ao nível do sentido. Portanto, a importância do nível do sentido atribui ao texto condições de compreensão por parte do interlocutor.

Vemos em Koch (2014, p.17), que “o texto é originado por uma multiplicidade de operações cognitivas interligadas”. Nessa perspectiva, os elementos linguísticos são colocados na superfície textual de forma a se manterem coesos, ou seja, conectados, interligados, para que o texto vá sendo tecido e se apresente originado por essas operações cognitivas. A coesão é realizada através do sistema léxico-gramatical. Por estabelecer relações de sentido, diz respeito aos recursos semânticos que objetivam “criar textos”. Percebemos em Koch (2012,p.16) que a cada ocorrência de um recurso coesivo no texto, denominam “laço”, “elo” coesivo.

Para Halliday e Hasan (1976 *apud* KOCH, 2012), a coesão refere-se às relações não estruturais (relações semânticas) que formam o texto. Segundo os autores, a coesão não é uma relação estrutural, pois, por estabelecer relações de sentido entre as unidades linguísticas que definem o texto, é uma relação semântica, se bem que expressa através do sistema léxico-gramatical.

Halliday e Hasan (1976 *apud* KOCH, 2012) consideram a coesão como condição necessária para a criação do texto. Para eles, as palavras precisam estar concatenadas, estabelecendo-se nexos, ligações entre elas, ou seja, precisam estar ligadas por meio de elementos como, por exemplo, os conectores, os elementos anafóricos, catafóricos, as expressões temporais, entre outras. Embora não suficiente para a criação do texto, conforme os autores postulam, a coesão é necessária.

Em sua obra “Introducción a la lingüística del texto” (2005), os autores Beaugrande & Dressler dedicam o capítulo IV às considerações sobre a coesão textual. Os autores concebem a coesão como responsável pela conexão entre as palavras e frases que compõem um texto, numa sequência linear, por meio de dependências de ordem gramatical. Eles comentam que a estabilidade do texto se mantém devido à continuidade dos elementos que o integram. Dentro dessa concepção, evidencia-se a ligação, os nexos entre os elementos linguísticos presentes na superfície textual.

Beaugrand & Dressler (2005, p.89) postulam que “a mente humana manifesta uma capacidade muito restrita para armazenar materiais linguísticos

superficiais extensos em tempo suficiente para poder operar eficazmente sobre eles”. Depreende-se, através da citação dos autores que o texto para ser compreendido requer pela própria essência do ato da comunicação que envolve os parceiros falante/ouvinte, produtor/leitor que os materiais linguísticos da superfície textual não sejam tão extensos para que haja realmente a compreensão promovendo, então, a operação eficaz sobre eles. A extensão dos elementos linguísticos dificulta a compreensão do texto. Quando esses elementos, estão próximos, há uma organização mnemotécnica provisória. Os materiais organizados podem reter-se sem excessivos esforços durante períodos de tempo mais prolongados. Segundo Eisenstadt y Kareev (1975 *apud* BEAUGRAND & DRESSLER, 2005), na memória operativa, os elementos que se processam se distribuem entre os recursos cognitivos disponíveis de acordo com a importância que se tem atribuído a cada um deles.

De acordo com Kato (1987, p.55-56), a união, a ligação entre determinadas "fatias" apresentam entre si vínculos formais, conhecidos como recursos de coesão. O que a autora chama de "fatias" são os enunciados textuais que se relacionam entre si através de vínculos formais (os recursos de COESÃO). Estes recursos coesivos são os conectivos, pronomes, certos advérbios, repetição, relações semântico-lexicais e elipse, entre outros.

A realização textual depende do produtor e do seu conhecimento linguístico, ou seja, as manifestações individuais através da linguagem diferem no tocante a como as sentenças são estruturadas e que recursos coesivos são utilizados para promover a textualidade, mas a produção de sentido é um ato cooperativo entre produtor/receptor.

Como nessa pesquisa trataremos de uma abordagem das anáforas encapsuladoras, destacaremos alguns aspectos da coesão referencial haja vista que a anáfora é a remissão para trás. Vejamos a seguinte proposição:

- A aluna estudou muito. Ela certamente será aprovada.

Está claro que a pró-forma pronominal ela remete a “a aluna”. Nesse exemplo, baseamo-nos em:

Estes pronomes fornecem ao leitor/ouvinte instruções de conexão a respeito do elemento de referência com o qual tal conexão deve ser estabelecida. Quando anafóricos, têm por tarefa sinalizar que as indicações referenciais das predicções sobre o pronome devem ser colocadas em relação com as indicações referenciais de um determinado grupo nominal do contexto precedente. (KOCH, 2012, p.39).

As formas remissivas gramaticais livres fazem remissão anafórica (para trás) a um ou mais constituintes do universo textual. Estes constituintes são os pronomes ou as pró-formas.

Segundo Fávero (2009), a coesão referencial pode ser obtida por *substituição* e por *reiteração*. A autora postula que

A substituição se dá quando um componente é retomado ou precedido por uma proforma (elemento gramatical representante de uma categoria como, por exemplo, o nome; Caracteriza-se por baixa densidade sêmica: traz as marcas do que substitui). No caso da retomada, tem-se uma *anáfora* e, no caso de sucessão, uma *catáfora*. (FÁVERO, 2009,p.19).

Com relação à reiteração, Fávero (2009, p. 23-35), postula que é a repetição de expressões no texto e dá-se por repetição do mesmo item lexical, sinônimos, hiperônimos e hipônimos, expressões nominais definidas e nomes genéricos.

Importante, também, é considerar que a coesão referencial, segundo Koch (2012, p.31), é “aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) nela presentes ou inferíveis a partir do universo textual.” A autora postula que a noção de elemento de referência pode ser representada por um nome, um sintagma, um fragmento de oração, uma oração ou todo um enunciado.

Deter-nos-emos na abordagem sobre as anáforas encapsuladoras por serem o nosso objeto de estudo. Essa classificação de anáfora opera a recategorização dos objetos-de-discurso, ou seja, de que forma os objetos vão sendo (re) construídos, atendendo aos propósitos comunicativos.

Por meio da concepção da coesão como responsável por interligar as palavras e frases que compõem um texto, destacamos que as anáforas encapsuladoras são recursos coesivos e possuem marcas morfossintáticas, uma vez que assinalam os nexos entre si e o que foi dito anteriormente. Os encapsulamentos anafóricos conectados com as informações previamente colocadas no discurso,

estabelecem vínculos de sentido de modo a facilitar a compreensão textual. Finalmente, as anáforas encapsuladoras têm um caráter coesivo.

Depreendemos que, como as anáforas encapsuladoras sumarizam as informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, os encapsulamentos remetem a outros elementos presentes ou inferíveis no universo textual. Estabelece-se, portanto, a coesão referencial.

1.2 Referenciação

A princípio, reiteramos que a teoria da referenciação vem há muito tempo levantando questionamentos sobre a construção e o processamento textual. Os objetos-de-discurso devem ser concebidos como produtos da atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes. De acordo com os postulados de Koch (2011a, p.81), “A discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração de informação, mas de (re) construção do próprio real”. Nessa perspectiva, as discussões em torno da referenciação convergem para o fato de que é na reconstrução do próprio real, ou seja, do que está posto no texto que os objetos-de-discurso são estabelecidos.

Neveu (2008, p. 258) coloca que “[...] a referenciação pode ser definida como um ato que consiste em tomar os objetos do mundo (físicos ou conceituais) e apresentá-los no discurso.” Com isso, o autor foca a questão de que a construção dos referentes efetiva-se no próprio discurso, é puramente no ato discursivo que surge o ato de referenciar algo.

Koch & Marcuschi (1998) postulam que a sequencialidade vista como progressão referencial se dá numa complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento estabelecida centralmente no discurso. Vale salientar que os objetos-de-discurso são construídos no próprio discurso. Por isso, não são objetos-do-mundo e sim objetos-de-discurso. Segundo os autores

esta característica permite que os referentes não sejam tomados como entidades apriorísticas e estáveis, mas como objetos-de-

discurso, tal como postulam Reichler-Béguelin/Apothéloz (1995), entre outros. (KOCH; MARCUSCHI,1998, p.171).

Os autores evidenciam que as referências são elaboradas e transmitidas discursiva e interativamente. Admitem que a referenciação é uma atividade criativa e não um simples ato de designação.

Conforme Marcuschi (2009, p.51), a produção de sentidos dá-se mediante uma rede lexical que se situa num sistema sócio-interativo. As palavras isoladas não fornecem uma dimensão semântica e não constroem significados para que os sentidos sejam produzidos, uma rede lexical apoiada num sistema sócio-interativo fornece conectividade aos termos linguísticos de tal modo que estes expressem os significados ora propostos no projeto de dizer.

Referir é uma atividade discursiva e os referentes passam a ser objetos-de-discurso. À medida que os referentes são objetos-de-discurso, constroem-se no discurso, levando-se em consideração aspectos sociocognitivos vislumbrados a partir do discurso. A esse respeito, Marcuschi tece suas considerações:

A referenciação, tal como a tratam Mondada & Dubois (1995), é um processo realizado no discurso e resultante da construção de referentes, de tal modo que a noção de referência passa a ter um uso diverso daquele que se lhe atribui na literatura semântica em geral. Referir não é uma atividade de "etiquetar" um mundo preexistente extensionalmente designado, mas sim uma atividade discursiva (essencialmente criativa), de tal modo que os referentes passam a ser objetos-de-discurso. Isso não quer dizer que se nega a existência do mundo extramental, pois este continua sendo a base para a designação. (MARCUSCHI, 2008, p.142).

Como o próprio autor afirma, a existência do mundo extramental continua sendo a base para a designação, haja vista que o processo de referenciação aborda a visão de um sujeito sócio-cognitivo que relaciona discursos e mundo. Evidencia-se, no entanto, que a atividade discursiva, elaborada no próprio discurso e situada num sistema sócio-interativo é que permite a produção de sentidos.

Para Koch (2011b), a referência é entendida no sentido pela forma como se interage com o mundo, ou seja, como se interpreta e se reconstrói o mundo através da interação com o entorno físico, social e cultural. Então, para a autora

a referência passa a ser considerada como o resultado da operação que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo,

usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade: as entidades designadas são vistas como *objetos-de-discurso* e não como *objetos-do-mundo*. (KOCH, 2011b, p.79).

Compreende-se, então que na referenciação a interação com o entorno físico, social e cultural é muito importante, pois, segundo Koch (2011b, p. 81), "a textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração de informação, mas de (re) construção do próprio real". No caso do romance *Menino de engenho*, o narrador Carlos realiza uma atividade discursiva quando se apresenta ao mundo em sua narrativa memorialista. O seu projeto de dizer revela como ele, na condição de narrador, interage com o mundo em que vive, ou seja, há uma harmonia entre o próprio Carlos e o espaço geográfico, social e cultural do qual faz parte numa determinada época de sua vida. Conforme Koch & Marcuschi (1998), "Língua é trabalho cognitivo e atividade social que supõe negociação. Não pode ser identificada com instrumentos prontos para usos diversos". Os autores, ao aludirem que a língua supõe negociação, e retomando a questão do projeto de dizer do narrador Carlos na obra referendada, percebemos que de fato há "a negociação" com o que se pretende dizer e o que se diz. Logicamente, as anáforas encapsuladoras e seus antecedentes textuais mantêm uma relação de negociação com o objetivo de promover uma precisão maior do sentido textual.

Para Koch (2014, p.48), "a referenciação, constitui, assim, uma atividade discursiva". Evidencia-se, dessa forma, que o sujeito, em sua atividade discursiva faz escolhas que representam seu projeto de dizer. A autora postula que os objetos-de-discurso reconstróem a realidade extralinguística no próprio processo de interação. Enfim, a realidade é expressa não conforme o mundo, mas como a interpretamos, atendendo aos nossos propósitos comunicativos.

De acordo com Koch (2014, p.32), "a língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm". Conforme a autora, neste contexto teórico, os conhecimentos socialmente compartilhados e discursivamente (re) construídos são observados nas cenas enunciativas quando a língua passa a discurso. Convém lembrarmos Marcuschi (2008, p. 67) ao postular que a língua é uma forma de ação, um trabalho que se

desenvolve colaborativamente entre os indivíduos na sociedade. Com efeito, é válido pontuarmos que as atividades dos interlocutores em situações sócio-comunicativas evidenciam a importância de uma rede lexical na produção de sentidos.

Para Cavalcante (2013, p.95), a referenciação é “um fenômeno textual – discursivo dos mais relevantes para a produção/compreensão de sentidos”. A referenciação é a ação de referir e as expressões referenciais realizam a construção de referentes no texto.

De acordo com Cavalcante (2013, p.98) , “o referente é um objeto, uma entidade, uma representação construída a partir do texto e percebida, na maioria das vezes, a partir do uso de expressões referenciais”. A autora explicita que a referenciação diz respeito à atividade de construção de referentes apreendidos por meio de expressões referenciais.

A respeito do referente, Souza (2010, p. 44) defende que " na perspectiva sociointerativa, o referente não pressupõe uma existência extralinguística fora da atividade cognitiva e interativa". Segundo a autora, o *referente* é construído no interior do e através do próprio discurso, recortado pela dimensão perceptivo-cognitiva e subjetiva criada no universo textual.

Cortez (2012, p.15) comenta que a teoria da referenciação vem há mais de uma década levantando questionamentos com relação ao processamento textual e à construção textual do sentido. As discussões sobre referência, objetos-de-discurso e relações anafóricas fazem parte desse estudo. Podemos ler:

O problema da referência, sob a ótica não representacional, contribuiu para lançar novo olhar sobre a pauta de discussões acerca da “fabricação da realidade”, redimensionando o papel dos sujeitos sociocognitivamente situados, que discretizam a realidade e dão sentido à língua e ao mundo.

Nesta direção, o tratamento da referência, inevitavelmente estendeu-se sobre a dimensão do discurso, propondo novo olhar sobre as operações de designação, identificação e interpretação referencial e por consequência renovou a compreensão acerca do processamento anafórico. Isto se deu porque a referência passou a ser concebida e analisada como uma atividade discursiva, na qual estão implicados aspectos sociocognitivos, que por sua vez interferem no processamento da anáfora, condicionando as operações de designação/identificação de referentes. (CORTEZ, 2012, p.15-16).

Conforme essa citação, podemos depreender que as expressões referenciais utilizadas no discurso são elaboradas mentalmente pelo produtor textual no processamento da informação. Os referentes estão representados na memória discursiva e dessa forma, a referência passa a ser uma atividade discursiva na qual estão implicados aspectos sociocognitivos. A construção do significado do discurso, dá-se de forma semântico-interpretativa. Com relação aos aspectos sociocognitivos, por seu turno, estão associados tanto à questão da interação social quanto à cognição, ao processamento mental.

Mondada & Dubois (2003,p.20), consideram o deslocamento do problema das entidades da língua, do mundo ou da cognição para a análise dos processos que a constituem. Nessa perspectiva, as autoras elencam que o problema não é de se perguntar como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são representados de modo adequado, mas, de se buscar como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas estruturam e dão um sentido ao mundo.

Para Mondada e Dubois (1995 *apud* CORTEZ, 2012, p.16), o termo referenciação é utilizado para tratar da referência como um processo realizado no discurso, resultante de práticas simbólicas complexas que

numa dimensão intersubjetiva, são responsáveis por produzir a ilusão de um mundo objetivo. De acordo com elas, estas práticas não estão associadas a um sujeito cognitivo, abstrato e ideal, solitário face ao mundo, mas à construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade de negociações e modificações de concepções públicas do mundo.

As práticas simbólicas complexas não estão associadas a um sujeito cognitivo, abstrato e ideal , mas à construção de objetos cognitivos que se efetivam no próprio discurso. Enfim, das negociações estruturadas no discurso é que se promove a construção textual de sentido. Os objetos cognitivos e discursivos surgem no momento do discurso. Daí, compreende-se que o estudo da referenciação é essencialmente sociocognitivo e interacional. E é de sorte que o sujeito social juntamente com outros constroem os referentes textuais que, por sua vez, são elementos que se constituem no discurso.

Para Koch & Elias (2012, p.132-134), a referenciação diz respeito às diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes. E quando

tais referentes são mais adiante retomados ou servem de base para a introdução de novos referentes, tem-se a progressão referencial. Ainda com relação à referenciação e à progressão referencial, as autoras defendem que consistem na construção e reconstrução de objetos de discurso. As formas de referenciação são escolhas realizadas pelo produtor do texto orientadas pelo princípio da intersubjetividade.

Para finalizar essa primeira parte acerca da referenciação, podemos ler em Fávero & Koch (2012,p.51) "os elementos de *referência* são os itens da língua que, em vez de serem interpretados semanticamente pelo seu sentido próprio, relacionam-se a outros elementos necessários à sua interpretação". Os elementos de referência relacionam-se a outros elementos para promover sentido ao texto e facilitar a compreensão do mesmo.

Conforme Koch (2011b, p.85), as estratégias de progressão referencial permitem a construção, no texto, de cadeias referenciais por meio das quais se procede à categorização ou recategorização discursiva dos referentes. A respeito das cadeias referenciais, é importante citar

Quando remetemos seguidamente a um mesmo referente ou a elementos estreitamente ligados a ele, formamos no texto, *cadeias anafóricas ou referenciais*. Esse movimento de retroação a elementos já presentes no texto - ou possíveis de serem ativados a partir deles - constitui um princípio de construção textual, praticamente todos os textos possuem uma ou mais cadeias referenciais. (KOCH; ELIAS, 2012, p. 144).

De acordo com Souza (2010, p. 79), a noção de cadeia referencial corresponde à noção de cadeia anafórica e cadeia coesiva. A autora (idem, p.80), postula que não existe um modelo único de fabricação de cadeias referenciais, pois, "qualquer formulação sempre será provisória, adaptativa e variável, em função do tipo textual ou do gênero textual da fala ou da escrita com que estivermos lidando". A referenciação no universo textual está sempre passiva de reconfigurações. O estilo textual é que irá ditar os realinhamentos. Sabemos que determinadas expressões anafóricas quando utilizadas num texto jornalístico, num discurso de um orador numa solenidade de formatura ou até mesmo num poema quando também utilizadas numa anedota, numa piada podem assumir outra conotação e, nesse caso, elas são reconfiguradas.

As formas ou expressões nominais podem desempenhar uma série de funções importantes para a construção de sentidos no texto, dentre as quais a sumarização/encapsulamento, ponto que discutiremos a seguir.

1.3 Anáforas encapsuladoras

É válido destacar que a anáfora encapsuladora é responsável pela retomada e recategorização de referentes e, ainda, que a retomada anafórica é um movimento de retrospectção. O encapsulamento constitui uma seleção dentre uma infinidade de possibilidades de combinações de palavras. Num determinado contexto, as anáforas encapsuladoras selecionadas pelo produtor textual são as que realmente deveriam estar sendo utilizadas, pois, elas possuem particularidades que se adequam à estruturação do texto bem como à facilitação de sua compreensão.

Vejamos a definição de encapsulamento segundo Koch (2011b):

Esta é uma função própria particularmente das nominalizações que, ao encapsularem as informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, sintetizam-nas sob a forma de um substantivo-predicativo, atribuindo-lhes o estatuto de objetos-de-discurso. (KOCH, 2011b, p.93-94).

A autora evidencia que trata-se de anáforas “complexas” que nomeiam referentes textuais abstratos como estado, fato, evento, atividade, questão, etc. Esses nomes-núcleo exigem realização lexical no cotexto. Vejamos o exemplo por nós ora elaborado: "Os alunos do 2º ano apresentaram um excelente trabalho de Literatura no pátio da escola. A atividade atraiu a atenção de alunos de outra série", observamos que a anáfora “atividade” remete à apresentação do trabalho de literatura, portanto, exige do receptor a capacidade de interpretação de informação adicional. A partir de proposições veiculadoras das informações-suporte e que exigem realização lexical no cotexto, percebe-se que “atividade” encapsula a informação que foi dada quanto ao que foi realizado no pátio da escola.

Para Koch (2014, p.53), "Pesquisas têm mostrado que as expressões nominais referenciais desempenham uma série de funções cognitivo-discursivas de grande relevância na construção textual do sentido". A autora postula que dentre

essas funções, identifica-se a de encapsulamento por sumarizar as informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto.

Segundo Apothéloz & Chanet (1997 *apud* KOCH, 2011b, p. 90), por meio da *estratégia da nominalização*, erigem-se em objetos-de-discurso, conjuntos de informações expressas no texto precedente. De acordo com os autores, essas são as informações-suporte.

Vejamos a citação a seguir que nos propicia a compreensão acerca da nominalização como operação de natureza anafórica.

Quanto às *nominalizações*, de acordo com Apothéloz (1995:144), é preciso distinguir entre a operação de nominalização propriamente dita, que é de natureza anafórica, e a expressão utilizada para efetuar tal operação. Enquanto operação, a nominalização atribui, como dissemos, o estatuto de referente ou objeto-de-discurso a um conjunto de informações que, anteriormente, não possuíam tal estatuto, assinalando simultaneamente uma mudança de nível e uma condensação da informação; do ponto de vista da dinâmica comunicativa, essa operação retoma, pressupondo a sua existência, um processo que foi significado predicativamente, que acaba de ser *posto*. Como expressão anafórica, por sua vez, a nominalização é uma forma lingüística – o *substantivo-predicativo*. Daí o fato de alguns autores preferirem os termos *nomeação* ou *denominação*. (KOCH, 2011b, p. 90).

Para Cavalcante (2013, p. 127), anáfora encapsuladora é uma estratégia anafórica na qual uma expressão referencial resume um conteúdo textual e inclui outros conhecimentos que se tem sobre o que está sendo referido.

As anáforas fazem remissão a elementos anteriormente colocados no texto e constituem um princípio de construção textual, haja vista que o texto vai sendo organizado por operações cognitivas, tais como o encapsulamento. A anáfora encapsuladora permite ao produtor textual construir uma rede de relações referenciais sobre o tema em pauta e além disso, ela sumariza segmentos precedentes do texto, interpretando-os.

As cadeias referenciais que se formam nos textos são muito importantes para que se construam os sentidos, pois, os objetos-de-discurso elaborados na construção textual e depois encapsulados, fornecem subsídios para a compreensão do dito. Portanto, as relações referenciais favorecem a compreensão textual e possibilitam a harmonia entre o dito e o compreendido.

Para Conte (2003, p. 178), o encapsulamento anafórico é um fenômeno textualmente relevante e descreve uma anáfora lexicalmente baseada, construída com um nome geral (ou um nome avaliativo, um nome axiológico) como núcleo lexical e revela preferência pelos pronomes demonstrativos para sua composição. Postula que o encapsulamento anafórico pode ser definido como um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto. Esta porção de texto, por sua vez, pode ser de extensão e complexidade variada, quer seja um parágrafo inteiro, quer seja apenas uma sentença. Concebe-se a paráfrase como a interpretação de um texto com palavras próprias, levando-se em consideração o pensamento original.

A anáfora encapsuladora manifesta uma opinião mediante uma paráfrase resumitiva. É muito comum o uso dos pronomes demonstrativos "isto" e "isso" para encapsular porções textuais.

Cavalcante (2013, p. 126) destaca que para ocorrer anáfora, não é necessário que exista uma expressão anteriormente precisa, pontual, que se localize facilmente no cotexto. Às vezes, o anafórico remete a longos trechos que não podem ser identificados como uma "entidade", como um referente que lhe sirva de âncora.

Segundo Lunardi & Freitas (2012, p. 58), a anáfora encapsuladora “é um recurso coesivo que, ao funcionar como paráfrase de um trecho do texto, dá continuidade a ele a partir de uma opinião e da categorização do objeto de discurso”. No que tange à categorização, é importante destacar que para Marcuschi (2005), a produção de categorias seria uma atividade sociocognitiva situada em determinados contextos culturais na tentativa de construir o conhecimento. O autor aborda que essas categorias são mais modelos socioculturais do que modelos mentais, pois, levam em consideração o processo de construção e reconstrução do discurso.

Nessa dissertação, podemos destacar a importância das expressões anafóricas na voz do narrador de *Menino de engenho*, o que contribuirá para a detecção das vozes que se apresentam na voz do narrador. Sabemos, decerto, que os referentes são objetos-de-discurso e não objetos-de-mundo, pois, eles são criados, categorizados e recategorizados no discurso e a referenciação é bastante

significativa na construção dos sentidos no texto. As anáforas encapsuladoras analisadas nessa pesquisa permitirão observar as relações de sentido entre elas e as informações-suporte advindas de contextos precedentes.

O estudo em pauta, com base na Linguística Textual, apresenta os encapsulamentos como funções que além de sumariarem o que está posto, incluem outros conhecimentos que, por seu turno, fortalecerão a compreensão do texto. As anáforas, sob a ótica da Linguística da Enunciação, marcam o fenômeno da Polifonia na voz do narrador de *Menino de engenho* ao serem usadas retomando trechos antecedentes do texto que carregam em si memórias, vivências e sentimentos do narrador.

A respeito da sumarização de trecho anterior ou posterior do texto, atentemo-nos para o que nos apresentam as autoras:

Por ocasião da progressão referencial, é possível sumarizar-se todo um trecho anterior ou posterior do texto, por meio de uma forma pronominal ou nominal: é a isso que se denomina encapsulamento. Assim, o encapsulamento pode ser feito por meio de um pronome demonstrativo neutro como isto, isso, aquilo, o, ou, então, por meio de uma expressão nominal, ocorrendo, então, o que se chama de rotulação. (KOCH; ELIAS, 2013, p.152).

Para ressaltar a rotulação, Koch & Elias (2012) apresentam sua classificação em dois tipos: primeiro, quando a designação feita pelo rótulo recai sobre os fatos, eventos, circunstâncias contidas no segmento textual encapsulado e em seguida, quando o rótulo nomeia o tipo de ação que o produtor atribui aos personagens presentes no segmento encapsulado. Como exemplo do primeiro tipo de rotulação, elaboramos:

A composição da ionosfera quando recebe a luz solar vista do hemisfério norte, promove um espetáculo luminoso. O **fenômeno** encanta a todos.

Percebemos que a designação feita pelo rótulo **fenômeno**, recai sobre o fato contido no segmento encapsulado.

Para o segundo tipo de rotulação, elaboramos o exemplo: Carlos André disse a sua esposa que sempre lhe seria fiel pois, muito a amava. A **promessa** feita pelo rapaz conseguiu acalmar os ânimos da jovem senhora.

O segmento encapsulado **promessa** nomeia o tipo de ação que o produtor atribui aos personagens. Nessa perspectiva, promessa refere-se à fala de Carlos André no tocante à fidelidade “prometida”. No texto, há o encapsulamento do segmento antecedente direcionado para “promessa”. Para acalmar os ânimos da jovem senhora que por certo deveriam estar exaltados por alguma desconfiança do cônjuge, o rótulo “promessa” foi pertinente haja vista que houve necessidade de utilizá-lo para não apenas conferir sentido ao texto, mas para promover sua progressão. Esses rótulos têm função metadiscursiva e são: a declaração, a pergunta, a promessa, a reflexão, a dúvida, etc.

De acordo com Francis (2003 *apud* CAVALCANTE, 2013, p.135), os rótulos são anáforas encapsuladoras de núcleo nominal que resumem uma porção de texto e inauguram um novo referente, e, portanto, um novo tópico para o discurso.

Segundo Francis (2003, p. 192), há rótulos do tipo “retrospectivo” quando o referente sumariza a informação precedente e “prospectivo” quando o referente sumariza a informação subsequente. Como nosso estudo foca a anáfora encapsuladora, cabe-nos lembrar que, para a autora, um rótulo retrospectivo serve para *encapsular* ou empacotar uma extensão do discurso.

Nessa perspectiva, identifica-se um grupo nominal anaforicamente coesivo como um rótulo retrospectivo devido ao fato de que não há nenhum grupo nominal particular a que ele se refira. Não se trata de repetição ou um “sinônimo” de nenhum elemento precedente. Por essa particularidade, o rótulo indica ao leitor como a extensão do discurso deve ser interpretada, e isso fornece o esquema de referência dentro do qual o argumento subsequente é desenvolvido.

A anáfora encapsuladora permite ao produtor textual construir uma rede de relações referenciais sobre o tema em pauta e, além disso, ela sumariza o discurso precedente, interpretando-a. O encapsulamento acompanha o percurso argumentativo do texto proposto pelo produtor. Veremos a seguir pontos que destacam os encapsuladores e a argumentação.

1.4 Os encapsuladores e a argumentação

Estudaremos os encapsuladores e sua importância para a orientação discursiva. Antes, porém, a respeito de argumentatividade, vale citar:

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia da sua própria objetividade. (KOCH, 2011a, p.17).

Destacamos que, nessa pesquisa, as anáforas encapsuladoras efetivam as vontades discursivas em função do projeto de dizer e contribuem para a argumentação. Conforme veremos adiante, nas análises realizadas, instaura-se um encadeamento argumentativo nos encapsulamentos. Com isso, a função argumentativa dá-se mediante as relações promovidas por esses encadeamentos.

Cavalcante (2013, p. 102) postula que os referentes “jogam” em diversas posições, dentre as quais : o papel na organização da informação; a atuação na manutenção da continuidade e progressão do tópico discursivo; a participação na orientação argumentativa do texto. Ater-nos-emos à última posição (argumentatividade) pela pertinência ao tema ora em discussão. As anáforas encapsuladoras colaboram para atingir determinados objetivos elaborados pela linguagem. Levando-se em consideração os estudos de Fávero & Koch (2012, p. 63), observamos que “o valor semântico de uma frase argumentativa contém, entre outros elementos, o conjunto de instruções concernentes às estratégias a serem seguidas para a decodificação de seus enunciados”.

Conforme Plantin (2008), “o estudo da argumentação é o estudo das capacidades projetivas dos enunciados, da expectativa criada por sua enunciação.” Essa visão do autor evidencia que os enunciados são lançados projetando expectativas, ou seja, quando se diz algo, fortalece-se pelo argumento que por si

próprio já existe, que está contido no enunciado. Quando se diz uma proposição do tipo: “Vovô, o senhor está fraquinho, deixe as compras aí”, percebe-se que ele não está podendo carregar as compras por estarem pesadas e sua idade, suas condições de saúde não permitem. Logo, “essa intuição é formalizada na noção de “orientação argumentativa” de um enunciado.” (PLANTIN, 2008).

A argumentação trabalha com a negociação de argumentos, com a reflexão sobre o que está sendo posto na enunciação. Na perspectiva do estudo dos encapsulamentos e a argumentação, consideramos que as anáforas encapsuladoras necessariamente possuem valor argumentativo no contexto em que estão situadas. Evidenciamos que a argumentação não é monológica, mas, interativa e, assim sendo, as anáforas encapsuladoras fortalecem o dito anteriormente de modo a não apenas convencer, persuadir o leitor, mas instigar novos olhares para que se compreenda o dito. No capítulo III dessa pesquisa, abordaremos, dentre outros aspectos, o valor argumentativo das anáforas encapsuladoras na voz do narrador de *Menino de engenho*.

As anáforas encapsuladoras manifestam-se por expressões nominais ou pronominais e cumprem as funções resumitiva, coesiva, metadiscursiva e argumentativa. A função resumitiva parafraseia, numa expressão, uma porção do cotexto, acrescida de inúmeras outras informações contextuais; a função coesiva marca a articulação de ideias que vêm sendo desenvolvidas no texto; a função metadiscursiva revela a atitude reflexiva do locutor ao voltar-se para o seu próprio dizer. Apesar de todas as funções fortalecerem esse estudo, ora deter-nos-emos na função argumentativa.

A função argumentativa das anáforas encapsuladoras contribui para a persuasão elaborada pelo enunciador. Para Conte (2003) os estudos de Wanda d'Addio (1998, 1990) são relevantes para o entendimento dos encapsulamentos anafóricos e de sua condição como uma categorização dos conteúdos do cotexto precedente, que se realiza tanto por nomes genéricos como por nomes avaliativos são os nomes “axiológicos”.

Koch (2008) postula que quando interagimos através da linguagem temos objetivos a serem atingidos e pretendemos atuar sobre o(s) outro(s) de determinada

maneira e obter dele(s) determinadas reações (verbais ou não verbais). De acordo com a autora, ressaltamos que as anáforas encapsuladoras possuem importante função argumentativa visto que uma expressão referencial, ao resumir um conteúdo textual, reveste-se de força argumentativa, pois, à medida que fortalece o que foi dito anteriormente, enfatiza a informação-suporte de tal modo que “foca” o sentido estabelecido no discurso. As anáforas encapsuladoras são mecanismos que conduzem a linha argumentativa de modo a convencer o leitor da validade do juízo de valor defendido no texto.

Com obviedade, trataremos de focar, neste trabalho, a figura do narrador da história que se faz notar em primeira pessoa por Carlos de Melo, o Carlinhos, neto do coronel José Paulino. No caso, é um narrador-personagem que, adulto, conta a história da própria infância no Engenho Santa Rosa. O objeto de estudo dessa pesquisa tem foco nas anáforas encapsuladoras utilizadas na voz do narrador.

Com efeito, as anáforas encapsuladoras verificadas na voz do narrador, cooperam para que os objetivos comunicativos sejam alcançados. Esses objetivos dizem respeito à relação entre o dito e o compreendido. Então, os objetos de discurso são rememorados, recuperados e encapsulados em alguns trechos da voz do narrador de *Menino de engenho*. Com relação à memória, rememoração, é pertinente citarmos :

Portanto, a memória, componente essencial das narrativas, é entendida como uma prática de alteração, como a capacidade de resistir às situações postas, e de crer nas possibilidades. Tendo em vista a complexidade da realidade, de acordo com essa perspectiva, é possível recriar, com maior amplitude, a multiplicidade de pontos de vista. Assim, por meio da rememoração, os relatos dos sujeitos comuns podem dar visibilidade às situações e às experiências por eles desejadas, revividas e re-elaboradas. (GUEDES-PINTO, 2008, p.18-19)

É importante destacar que nas narrativas memorialistas há uma possível identificação do leitor com o narrador. Na verdade, obras pertencentes a esse gênero textual, atraem o leitor por desejarem convidá-lo a participar de sua jornada ficcional. A esse respeito, podemos citar:

Uma das características principais dessas narrativas ditas testemunhais ou memorialistas, que incluem memórias, autobiografias, biografias e diários, dentre outros, e que parece atrair autores e leitores, parece ser o pronome pessoal em primeira pessoa

em que muitas dessas narrativas são narradas. Essa narração por um “eu”, um outro sujeito como o leitor, parece criar a ilusão de um testemunho pessoal e a possibilidade de uma identificação do leitor com o narrador, supostamente o autor e de certa forma sobrevivente aos fatos narrados. (BRISOLARA, 2012, p. 4).

Segundo Seligmann-Silva (2005 *apud* BRISOLARA, 2012, p.6), “a literatura do testemunho apresenta um modo totalmente diverso de se relacionar com o passado”. No caso das anáforas encapsuladoras, a forma delas se relacionarem com o passado não é “repetindo” a expressão referencial, mas “sumarizando”, “encapsulando”, que é uma maneira dinâmica e eficaz na retomada de elementos antecedentes no texto.

Veremos, a seguir, alguns pontos importantes com relação à progressão textual, haja vista que as anáforas encapsuladoras são funções que colaboram para que o texto progrida, caminhe. À medida que os encapsuladores sumarizam as informações precedentes, eles têm um potencial argumentativo, que, de fato contribui para a progressão textual.

1.5 A progressão textual

De acordo com Koch & Elias (2011b, p. 121), na construção de um texto procede-se a dois grandes movimentos: um de retroação e outro de prospecção. Esses movimentos de avanço e recuo presidem à criação da tessitura textual. No caso desse estudo, o foco será o movimento de retroação porque as anáforas encapsuladoras resumem um conteúdo de segmento precedente do texto.

Nos encapsulamentos, as sumarizações das informações precedentes propiciam o acréscimo de novas informações ao texto. Vale destacar, ainda, que as relações semânticas são estabelecidas no texto e fazem-no caminhar, progredir. Conforme Conte (2003, p. 184), “o sintagma nominal encapsulador produz um nível mais alto na hierarquia semântica do texto”. Para que o texto se movimente e progrida, o produtor dispõe de estratégias para lhe auxiliar e além do mais, existem vários recursos de formulação dos enunciados que facilitarão a compreensão global textual. É o que constatamos em

A progressão textual pode realizar-se por meio de atividades formulativas em que o leitor opta por introduzir no texto recorrências de variados tipos, entre as quais se podem destacar: reiteração de itens lexicais, paralelismos, paráfrases, recorrência de elementos fonológicos, de tempos verbais, etc. (KOCH, 2011b, p. 121).

Dentre essas recorrências citadas, evidenciamos que a paráfrase expressa um conteúdo semântico apresentado sob formas estruturais diferentes. Abordando de forma breve a paráfrase relacionada à anáfora, citamos Koch & Elias (2006, p.144-145) por identificarem as paráfrases anafóricas como definicionais e didáticas. Segundo as autoras, as definicionais têm a função de elaborar definições. Elas podem ser acompanhadas de expressões características como: um tipo de, uma espécie de, etc. Nas paráfrases anafóricas didáticas, a definição é registrada e depois a expressão referencial a retoma, com sintagma mais abrangente.

Abaixo elencaremos a questão da continuidade de sentidos que envolve progressão textual. Conforme Koch (2011b, p. 131), o produtor do texto deve mobilizar na sua construção, estratégias de continuidade e estratégias de mudança (*shift*). A autora postula que

Continuidade, portanto, envolve progressão. A progressão textual, por sua vez, necessita garantir a continuidade de sentidos, o constante ir-e-vir entre o que foi dito e o vir-a-ser dito responsável pelo entretecimento dos fios do discurso. E, para viabilizar o constante movimento de progressão e retroação, o produtor do texto dispõe de uma série de estratégias, entre as quais desempenham papel de relevância as destinadas a assegurar:

1. Continuidade referencial – a continuidade dos referentes (“objetos de discurso”), obtida por meio das cadeias referenciais, não permite que estes sejam “arquivados” na memória de longo termo, mantendo-se em estado de ativação – em foco – na memória de trabalho, durante o processamento textual, mesmo quando “encapsulados” ou recategorizados;

2. Continuidade temática – o emprego de termos de um mesmo campo semântico/lexical mantém ativado o frame de que tais termos são representantes; por outro lado, em se tratando da progressão por encadeamento, o tipo de relacionamento que estabelece entre segmentos textuais e a explicitação de tais relações sempre que necessário permitem ao interlocutor que não se trata apenas de um aglomerado de frases isoladas, mas de um contínuo textual dotado de sentido;

3. Continuidade tópica – o uso destas estratégias garante a manutenção do supertópico e dos quadros tópicos em desenvolvimento, embora com a possibilidade de desvios ou mudanças (*shifts*), já que os tópicos não são entidades estáticas,

mas dinâmicas, podendo ocorrer alterações tópicas ou mesmo a introdução de novos subtópicos ou segmentos tópicos, sem que isto venha a prejudicar a construção da coerência. (...)” (KOCH, 2011b, p.131).

No que diz respeito às estratégias de continuidade e estratégias de mudança (*shift*) citadas por Koch, a que nos interessa é a continuidade referencial, pois trata da questão dos objetos de discurso que se mantêm em estado de ativação na memória do trabalho durante o processamento textual, mesmo quando “encapsulados”. Com ênfase na estratégia citada, compreendemos que:

- A progressão textual garante a continuidade de sentidos;
- A continuidade dos objetos de discurso dá-se no processamento textual, mesmo que haja encapsulamento ou recategorização, ou seja, as anáforas contribuem para uma maior precisão ao que foi posto anteriormente. E é de sorte que o texto progride.

Colocaremos mais adiante na análise o que conseguimos depreender de nossa investigação acerca das anáforas encapsuladoras e sua relação com a progressão textual. Adiantamos, porém, que como sumarizam um segmento precedente no texto, elas fazem com que o texto progrida, evidenciando seu potencial argumentativo. Desde que as anáforas resumem esse segmento anterior, elas o fazem de modo a fortalecer o referente previamente colocado. Lembramos ainda que elas não são repetições, são formas resumidas, “encapsuladas” de promover progressão ao texto.

A progressão textual, constitui, portanto, o resultado de estratégias postas em ação pelos sujeitos sociais, tendo em vista a construção textual dos sentidos.

Entendendo as anáforas como elementos edificadores de construção de sentido no texto, passaremos a discutir no capítulo seguinte, as várias vozes discursivas que, na constituição do enunciado do narrador, colocam as anáforas encapsuladoras em evidência ao marcarem o movimento de retorno, a algo que foi vivido (no caso da narrativa) ou que foi dito (no caso da anáfora).

2. POLIFONIA E ENUNCIÇÃO

O campo de estudo da enunciação é amplo e abrange diversos construtos teórico-metodológicos identificados pelos nomes de seus autores. É assim que podemos mencionar a teoria de Émile Benveniste, e neste estudo, nos deter na Teoria da Enunciação de Oswald Ducrot.

Em comum, as teorias objetivam analisar a linguagem a partir da perspectiva linguística, sem, no entanto, se deter a ela, a exemplo de Greimas, Jakobson e Bakhtin; estudam as marcas do sujeito no enunciado e não o sujeito em si; concebem as ideias de Saussure como condição para as suas propostas; cada autor preocupa-se em definir de acordo com seus pressupostos o termo enunciação e incluem discussões voltadas para a subjetividade na linguagem. (FLORES e TEIXEIRA, 2008; FLORES, 2009; SILVA, 2012)

Ora, o conceito de enunciação 'é sem dúvida a tentativa mais importante para ultrapassar os limites da linguística da língua'. Com ele, consolida-se o estudo que busca evidenciar as relações da língua não apenas como sistema combinatório, mas como linguagem assumida por um sujeito. As marcas de enunciação no enunciado têm a especificidade de remeter à instância em que os enunciados são produzidos, fazendo irromper o sujeito da enunciação. (FLORES e TEIXEIRA, 2008, p. 12)

Ducrot, na condição de aluno de Benveniste, recebeu influências de seu mentor no que se refere à filosofia analítica, à vinculação da linguagem aos estudos saussurianos e à enunciação. (idem)

O autor considera que existe na significação dos enunciados, uma espécie de diálogo. Para ele, "a enunciação é o acontecimento histórico que constitui a aparição de um enunciado (é uma realidade concreta), o qual se distingue da frase, entidade abstrata". (PAVEAU; SARFATI, 2006, p.185). Ademais, a concepção de sentido sobre a qual o autor fundamenta seu trabalho consiste em considerar o sentido como uma descrição da enunciação. O enunciado é uma realidade concreta, o sentido é uma descrição da enunciação e existe um diálogo na significação dos enunciados.

Para Ducrot (1987, 168-169), três acepções podem ser atribuídas ao termo enunciação, a saber:

Primeiramente, Ducrot (1987, p. 168), postula que o termo enunciação "pode primeiramente designar a atividade psicofisiológica implicada pela produção do enunciado (acrescentando-lhe o jogo de influências sociais que o condiciona)." Barros & Fiorin (2003, p.5), explicando a teoria de Ducrot comentam que para sua teoria da polifonia, o sujeito que produz psicofisiologicamente o enunciado, aquele que diz eu ou o que origina os atos ilocutórios não são obrigatoriamente o mesmo.

Percebemos nessa acepção que a produção de sons e de morfemas e a organização gramatical dos atos locutórios originam os atos ilocutórios, ou seja, os que se completam ao falar. Ao completar um ato locutório pelo uso convencional de qualquer tipo de enunciado, completa-se, da mesma forma e ao mesmo tempo, um outro ato, de natureza diferente. No caso, o ato ilocutório. As influências sociais são observadas na produção do enunciado, pois, os partícipes da comunicação interagem, dialogam.

Na segunda acepção, Ducrot (op. cit.) comenta que a enunciação é o produto da atividade do sujeito falante, um segmento de discurso, ou o que o autor chama "enunciado".

A terceira acepção, a escolhida por Ducrot (1987, p. 168-169), diz respeito ao acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado que, por seu turno, é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. Conforme designação do autor, é esta "aparição momentânea" que ele chama "enunciação".

É significativo notar que Flores (2009, p. 103) define enunciação para Ducrot, como "acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado". Em nota explicativa, Flores preocupa-se em esclarecer que a noção de enunciação de Ducrot não se vincula ao ato, mas ao fato de que um enunciado aparece. Assim, não há interesse pelo sujeito produtor do enunciado, "mas pelas figuras enunciativas constituídas no sentido do enunciado. Esse sentido traz uma representação da enunciação como um confronto de pontos de vista diferentes." (idem, p.104)

Ainda segundo Flores (idem), podemos encontrar em Ducrot quatro definições para o termo enunciado em sua maioria atreladas ao princípio da

argumentação¹. Porém, em seu texto “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação” presente na obra *O dizer e o dito* (1987), Ducrot apresenta o termo enunciado diferindo-o de frase e discurso². Para ele, o enunciado é a manifestação particular de uma frase. Esclarecemos que é nesse sentido que trataremos o termo enunciado dentro desta dissertação.

Explicando melhor, Flores (2009) comenta que a noção de enunciado apresenta alterações nas diferentes fases do estudo semântico da língua de Ducrot, a saber:

O enunciado é definido com base na Teoria da Polifonia, vinculado à noção de frase. Nesse quadro teórico, o enunciado é tratado como uma entidade empírica, produto da enunciação. Desse produto, abstrai-se uma entidade abstrata, a frase, que, no escopo da teoria, difere da acepção da tradição gramatical. (idem, p. 105)

Enfim, o sentido de um enunciado é a descrição de sua enunciação. Para Silva (2012), essa posição de Ducrot acompanha os trabalhos de Benveniste, uma vez que este autor define a enunciação como a colocação da língua em funcionamento por um ato individual de utilização. (BENVENISTE, 2006, p.82). Desse modo, “Ducrot defende que o enunciado/discurso apresenta indicações de sua enunciação, (...) apresentando indicações sobre o fato de sua aparição, sobre o valor desta aparição³.” (SILVA, 2012, p. 177) [nota nossa]

(...) O sentido dos enunciados é constituído não em relação ao extralinguístico ou ao pensamento, mas pelas relações argumentativas que ligam os enunciados, os segmentos no interior dos enunciados e as próprias palavras.” (idem, p.183)

Nessa perspectiva, acreditamos que as anáforas encapsuladoras na obra *Menino de Engenho* podem ser observadas como elemento de coesão argumentativa, porém com traços enunciativos do locutor/sujeito que se confunde na voz do narrador. Segundo Ducrot (1987), cabe a concepção polifônica do sentido mostrar de que maneira o enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de diferentes vozes.

¹ Sugerimos ao leitor conferir o Dicionário de Linguística da Enunciação organizado por Flores e colaboradores (2009).

² A frase para Ducrot (1987, p.164) é um objeto teórico que “constitui uma invenção desta ciência particular que é a gramática.” E discurso é a sequência linear de enunciados.

³ Em Ducrot a noção de valor emerge da concepção de argumentação, uma vez que unifica os aspectos objetivos, subjetivos e intersubjetivos envolvidos no uso da língua no que denomina valor argumentativo do discurso. Este “é definido como a orientação que uma palavra dá ao discurso”. (Cf. SILVA, p.179)

O enunciado, conforme vimos na citação supra, é o produto da enunciação. O locutor é uma função discursiva e o sujeito falante é um elemento da experiência. Neste contexto, é pertinente abordarmos a seguir as definições de sujeito falante, locutor e enunciador para que no capítulo III, nas análises das anáforas encapsuladoras na voz do narrador da obra *Menino de engenho* tenha-se uma compreensão acerca das participações desses elementos e quais seus papéis no contexto linguístico do romance aludido.

2.1 Polifonia em Oswald Ducrot

Originalmente, segundo Borba (1963 *apud* BARBISAN e TEIXEIRA, 2002), o termo polifonia foi usado em referência a uma classe de composição musical, caracterizada pela sobreposição de muitas vozes ou muitos instrumentos, que, em ritmos diferentes, emitiam suas ideias.

A partir dessa noção geral, foi Bakhtin quem primeiro introduziu o conceito de polifonia por meio da teoria literária, após contestar a ideia de unicidade do autor. (DUCROT, 1987)

Para Bakhtine, há toda uma categoria de textos, e notadamente de textos literários, para os quais é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente, sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras: trata-se do que ele chama, em oposição à literatura clássica ou dogmática, a literatura popular, ou ainda carnavalesca, e que às vezes ele qualifica de mascarada, entendendo por isso que o autor assume uma série de máscaras diferentes. (idem, p.161)

Bakhtin refere-se ao estudo da prosa romanesca ao reconhecer no romance duas modalidades universais: o romance monológico e o polifônico. A esse último associa os conceitos de inconclusibilidade, realidade em formação, não acabamento, dialogismo e polifonia. (BEZERRA, 2013)

De acordo com Bakhtin, o dialogismo é o princípio constitutivo da linguagem e a condição de sentido do discurso. Barros & Fiorin (2003, p. 3), comentam que para Bakhtin, só se pode entender o dialogismo interacional pelo deslocamento do conceito de sujeito, ou seja, "o sujeito perde o papel de centro e é substituído por diferentes (ainda que duas) vozes sociais, que fazem dele um sujeito histórico e ideológico". Evidencia-se, portanto, a relação entre o "eu" e o "tu" ou entre o "eu" e o "outro", no texto.

Sob a perspectiva da polifonia de Bakhtin, há multiplicidade de vozes e consciências independentes interagindo no romance.

Essas vozes e consciências não são objeto do discurso do autor, são sujeitos de seus próprios discursos. A consciência da personagem é a consciência do outro, não se objetifica, não se torna objeto da consciência do autor, não se fecha, está sempre aberta à interação com a minha e com outras consciências e só nessa interação revela e mantém sua individualidade. (BEZERRA, 2013, p.195)

Nesse aspecto, a pluralidade de vozes no discurso direciona para a constituição do sentido do enunciado, haja vista que fios dialógicos vão sendo tecidos com a finalidade de compreensão dos textos.

Ducrot, no entanto, utiliza o termo polifonia diferentemente de Bakhtin que o aborda dentro do universo enunciativo de um texto. (BARBISAN e TEIXEIRA, 2002). Ducrot trata a polifonia pelo viés linguístico, apontando para a possibilidade enunciativa por meio de diferentes vozes, diferentes pontos de vista em um enunciado; e reconhece que sua teoria da polifonia deve muito aos trabalhos de Bakhtin e Banfield⁴. (DUCROT, 1987).

Segundo Barbisan e Teixeira (2002, p. 163), Ducrot explica em sua obra intitulada *Logique, structure, énonciation* (1989) que a partir da leitura de *Linguistique générale et linguistique française* de Charles Bally (1965) ele encontrou inspiração para sua teoria linguística da polifonia. Então, a teoria da enunciação de Bally lhe permitiu perceber o diálogo que ocorre no interior do enunciado como encenação de diferentes vozes, aquelas dos “enunciadores”.

A noção de polifonia para Ducrot surge no texto “Les mots du discours” junto à concepção de que o enunciado apresenta uma imagem de sua enunciação. (idem) “A idéia central desenvolvida pelo autor é que, nessa descrição da enunciação que constitui o sentido do enunciado, se deve distinguir o autor das palavras (locutor) e os agentes dos atos ilocutórios (enunciadores).” (idem, p.166).

Opondo-se à ideia de unicidade do sujeito falante, Ducrot afirma que o autor de um enunciado (sujeito empírico) não se expressa diretamente, mas o faz por meio da figura de um locutor (sujeito discursivo), que apresenta diferentes vozes, diferentes pontos de vista, cuja origem são enunciadores. Isso mostra que o sentido de

⁴ Ducrot faz menção ao estudo de Ann Banfield sobre o estilo indireto livre no qual Banfield percebe nele a expressão de um ponto de vista que pode não ser verdadeiramente do autor do enunciado. (Cf. Ducrot, 1987).

um enunciado nasce da confrontação das diferentes vozes que ali aparecem. (FLORES, 2009, p.188)

Ducrot (1987, p.178) critica e substitui a teoria da unicidade do sujeito da enunciação, pois discorda da posição “‘um enunciado — um sujeito’, que permite empregar a expressão ‘o sujeito’, pressupondo como uma evidência que há um ser único autor do enunciado e responsável pelo que é dito no enunciado.” Desse modo, identifica o sujeito falante, os locutores e os enunciadores.

Segundo Neveu (2008, p. 193), a distinção entre sujeito falante, locutor e enunciador é necessária, haja vista que o estudo dos fatos relativos à polifonia enunciativa tem feito surgir os problemas do processo de adequação do ato da linguagem pelo "sujeito falante", e particularmente os fenômenos de heterogeneidade discursiva perceptíveis no fato de que a fala do locutor é "ocupada" pelo discurso de outro.

Podemos perceber ainda em Neveu (2008, p. 193) que Oswald Ducrot define o sujeito falante como um ser empírico (o indivíduo que fisicamente produz o enunciado), o locutor como um ser do discurso (aquele que diz *eu*) e o enunciador como aquele a quem é atribuída a responsabilidade do ato da fala.

O autor postula que na descrição do acontecimento da linguagem que constitui a comunicação verbal, o termo *locutor* designa uma das possíveis formas do emissor da mensagem, a saber, "a pessoa que fala".

Em Ducrot (1987, p.182), observamos que locutor é um ser que, no próprio sentido do enunciado é apresentado como a alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. Com razão, a responsabilidade do enunciado deve-se ao locutor, desde que ele é um ser do discurso e é o que diz *eu*, ou seja, é o que pronuncia no discurso.

Hierarquicamente, a condição de enunciador é assumida no momento em que este assume a responsabilidade do ato de fala. O autor define a noção de enunciadores como sujeitos dos atos ilocutórios elementares, entendendo para isso os atos de afirmação, recusa, pergunta, incitação, desejo [augúrio], exclamação, marcados na estrutura das frases.

O autor evidencia que o sujeito falante realiza atos, transmitindo ao interlocutor um saber - que é um saber sobre sua própria enunciação. A presença do

enunciador é constatada no discurso quando a enunciação expressa seu ponto de vista, sua posição, sua atitude. Na verdade, não são as palavras em si que atribuem ao enunciador a sua função, mas, o que está imbricado nessas palavras. Finalmente, os enunciadores são aqueles a quem se atribui a responsabilidade pelos atos ilocutórios que o enunciado do locutor veicula.

Cabral (2011) comenta que o locutor é o responsável pela enunciação, ou seja, é o termo que indica teoricamente o ser que se apresenta como responsável pelo enunciado: o sujeito que atribui a si a produção física do enunciado, a realização dos atos de linguagem e a propriedade de ser designado pela marca da primeira pessoa. De acordo com a autora (2011, p. 43), "vamos utilizar, então, a palavra locutor para referir o sujeito responsável pela enunciação". Com relação ao enunciador, a autora discorre sobre que ele é o responsável pela origem dos diferentes pontos de vista expressos ou evocados por meio do enunciado. A autora ressalta que é preciso ficar claro que os enunciadores não são pessoas, mas pontos de vista abstratos.

E é justamente essa diversidade de pontos de vista que pode conter o enunciado que chamamos de polifonia. A polifonia é definida, então, como a presença de vários enunciadores no enunciado. O locutor pode identificar-se com um enunciador ou manter-se distante deles.

Cabral (idem) apresenta um exemplo para facilitar a compreensão dos conceitos de locutor, enunciador e polifonia. Vejamos:

Escorpião - 23/10 a 21/11

É hora de utilizar o máximo do seu potencial.
 Você está destrinchando o que vier, resolvendo os problemas de maneira bastante inteligente. Não tenha medo de agir rápido, essas tomadas de decisões repentinas são as mais corretas no momento.

Metronews, 14 abr. 2008

De acordo com Cabral (2011, p. 44), no texto supracitado, com o enunciado imperativo *Não tenha medo de agir rápido*, verifica-se a presença de um enunciador E1 do qual o locutor se distancia. O ponto de vista de E1 é que *é necessário ter medo de agir rápido*. O locutor L nega essa necessidade, justificando seu ponto de vista por meio da enunciação de um enunciador E2, com a qual ele concorda: *tomadas de decisões repentinas são as mais corretas no momento*. A polifonia na

enunciação do horóscopo é instaurada, pois, percebe-se a presença de dois enunciadores cujos pontos de vista diferem. O ponto de vista do enunciador E1 é que não se deve agir rápido enquanto o do enunciador E2 é que se deve agir rápido. O locutor L adere ao ponto de vista do enunciador E2.

Apesar de Ducrot (1987) atribuir ao locutor L a marca de primeira pessoa, isso não garante que L pode estar falando, pois, de acordo com o linguista francês, L pode ser acompanhado de uma outra voz, a de um enunciador E. Nem sempre L é o produtor do enunciado. Este seria o que Ducrot chama de "sujeito falante", "autor empírico" ou "autor real".

Locutor e autor empírico podem ser pessoas diferentes desde que seus papéis numa enunciação sejam diferentes ou podem ser a mesma pessoa, desempenhando funções distintas numa enunciação. Cabe ao autor empírico ser o autor real do enunciado. O locutor L é uma função discursiva que só existe enquanto responsável pelo enunciado.

Ducrot (1987) desmembra o locutor em L (locutor enquanto tal) e L' (locutor enquanto ser no mundo). L é o responsável pela enunciação e L' é o ser que o pronome "eu" designa, embora este só seja identificável através de L. Vale salientar que L' assume uma posição no enunciado, é a parte que se posiciona no enunciado enquanto L não assume posições, apenas enuncia essas posições.

Em resumo, o sujeito falante é aquele que produz psicofisiologicamente o enunciado; os locutores são seres de discurso "responsáveis" pelo enunciado, pelas palavras enunciadas; já os enunciadores são seres de discurso que se manifestam enquanto "pontos-de-vista" expressos no enunciado sem que lhes sejam atribuídas palavras.

Conforme Ducrot (1987, p. 187), "Certamente do ponto de vista empírico, a enunciação é ação de um único sujeito falante, mas a imagem que o enunciado dá dela é a de uma troca, de um diálogo, ou ainda de uma hierarquia das falas". A imagem que o enunciado dá da enunciação é a de uma hierarquia das falas que, evidentemente, para nós, obedece a seguinte estrutura: em primeiro lugar temos o sujeito falante, em seguida o locutor e, finalmente, o enunciador.

Ducrot (1987, p. 194) comenta, ainda, sobre a teoria da narrativa apresentada em Genette (1972), base de estudo que lhe fornecerá a compreensão da sua distinção entre locutor/enunciador. O correspondente do locutor é o narrador que Genette opõe ao autor, enquanto que Ducrot opõe o locutor ao sujeito falante empírico, isto é, ao produtor efetivo do enunciado. Vejamos algumas considerações acerca do narrador/autor:

O autor de uma narrativa (romancista ou novelista) representa, segundo Genette, um narrador, responsável pela narrativa e que tem características bem diferentes daquelas que a história literária ou a psicologia da criação romanesca devem reconhecer ao autor. Assinalo três, das quais só a primeira é desenvolvida por Genette.

Esta primeira característica, sobre a qual passo rapidamente, diz respeito à atitude do narrador em relação aos acontecimentos relatados. Enquanto o autor *imagina* ou *inventa* estes acontecimentos, o narrador os *relata*, entendendo por isso, por exemplo, ou que ele reproduz lembranças (supostas) - no caso de uma narrativa no passado - ou que ele dá uma forma linguística ao que ele foi levado a viver ou a constatar - em certas narrativas no presente. (DUCROT, 1987, p.194-195).

Esta característica é a que nos interessa para levarmos adiante o foco do nosso estudo. Portanto, tratemos de observar como ocorreu a distinção entre narrador/autor. Sendo o autor o ser que imagina ou inventa, eis que o narrador relata os fatos, os acontecimentos que surgem na narrativa. A figura do narrador estabelece uma relação com a história narrada.

Gerard Genette (1979 *apud* SANTOS & OLIVEIRA, 2001, p.5), "define o narrador segundo sua relação com a diegese, ou seja, com a história narrada: narrador heterodiegético, autodiegético e homodiegético". O narrador heterodiegético relata uma história à qual é estranho, não integra nem integrou, como personagem, o universo diegético em questão. O narrador autodiegético relata as suas próprias experiências como personagem central da história. O narrador homodiegético retira de uma história na qual participa como personagem, as informações de que precisa para construir seu relato.

No caso do estudo em pauta, o narrador é autodiegético, pois, Carlos de Melo, o Carlinhos, no percurso da narrativa, baseia-se nas lembranças de sua infância. Ele é personagem central da história. As sensações vividas pelo neto do coronel Zé Paulino retroagem no tempo para conferir um misto de saudades dos

carinhos da mãe, e retornam ao tempo presente para aproveitar o que a vida lhe oferta de novo, de diferente naquele pedaço do mundo: a fazenda do seu avô.

A vida do autor José Lins do Rego é transportada para o plano ficcional, recebendo, na obra, o atributo de menino de engenho. O escritor é considerado o *Proust*⁵ brasileiro pelo fato de, como o famoso escritor francês, transformar a própria história em matéria literária. Daí, os romances de José Lins do Rego serem definidos como narrativas memorialistas.

Santos & Oliveira (2001, p. 10-12), fazem alusão ao *biografismo* (herança forte de abordagem dos textos literários predominante até o final do século XIX) e comentam que nessa perspectiva, para falar de um texto, deve-se, em primeiro lugar, falar de quem o produziu. Para buscar a verdade da obra, buscava-se as causas do texto, descobertas através dos dados biográficos do autor. Somente pela vida do autor é que se preenchia as indagações do texto. O biografismo pressupõe a ideia de que a arte imita a vida, de que todo o texto reproduz a biografia de seu criador, concepção essa ainda bastante difundida.

Foi a partir das primeiras décadas do século XX, com as correntes *formalistas* de análise que o biografismo passou a sofrer duras críticas. Essas correntes se preocupavam mais com as formas dos textos, seus aspectos internos, do que com os dados exteriores a eles. O que importa, desde então, não é o que o autor *quis dizer*, mas o que o seu texto *diz*.

A radicalização da ideia de autonomia do texto ocorre a partir da década de 50, no decreto da "morte do autor". Considerava-se que o autor não é o proprietário da significação da obra, é apenas um leitor como qualquer outro. O texto pode veicular outros sentidos e a verdade não estaria mais na intenção autoral, mas na própria estrutura da obra.

⁵ Marcel Proust foi um escritor francês, mais conhecido pela sua obra *Em busca do tempo perdido* que foi publicada em sete partes entre 1913 e 1927. (http://Wikipédia.org/wiki/Marcel_Proust). De acordo com Santos & Oliveira (2001, p.57), a relação do narrador da obra supracitada com o tempo se processa através de um mergulho no passado. A recordação do passado vai ajudar a compreender personagens e fatos que, uma vez ressuscitados, vivos, presentificados pela evocação, revitalizam o tempo. Conforme os autores (Idem, p.580), “[...] o discurso proustiano tende a refletir uma temporalidade difusa, sem fronteiras nem balizas, experiência de um tempo relativizado em função da consciência singular de quem o vive”. Daí, a importância de ter aludido a Proust para apresentar a semelhança literária no modo de narrar com José Lins do Rego.

Esse novo ponto de vista denominado *immanentismo* transfere o foco de interesse do exterior da obra para o seu cerne, da análise de dados extrínsecos para a de dados intrínsecos. O texto passa a ser a única fonte válida de pesquisa.

Segundo Barthes (2004, p.61), o livro e o autor são colocados numa mesma linha, quando se crê no autor. O autor precede o livro, pois, pensa, sofre e vive por ele. No entanto, o escritor moderno nasce ao mesmo tempo que seu texto. Ainda com relação ao autor, é válido destacar seu postulado sobre a composição do texto:

Sabemos agora que um texto não é feito de uma linha de palavras a produzir um sentido único, de certa maneira teológico (que seria a "mensagem" do Autor-Deus), mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escrituras variadas, das quais nenhuma é original: o texto é um tecido de citações, oriundas dos mil focos da cultura. (BARTHES, 2004, p. 62).

Nessa perspectiva, Barthes aponta que o leitor é o lugar onde se reúne a multiplicidade de escrituras. É ele o espaço onde se inscrevem todas as citações de que feita uma escritura.

No capítulo que segue, faremos uma análise das anáforas encapsuladoras na voz do narrador da obra *Menino de engenho* bem como teceremos algumas considerações acerca da polifonia das vozes que se confundem na narrativa memorialista.

3. DISCUSSÃO SOBRE A POLIFONIA DAS VOZES NAS ANÁFORAS ENCAPSULADORAS EM *MENINO DE ENGENHO*

Como parte dessa pesquisa, utilizamos fragmentos da obra *Menino de engenho* em que o narrador utiliza as anáforas encapsuladoras para sumarizar partes do texto previamente colocados. Veremos como o narrador Carlos, do romance em pauta, pertinentemente fez uso dos encapsulamentos para se enunciar ou enunciar outro (o avô).

Observamos exemplos de anáforas encapsuladoras que em sua base composicional são formadas na seguinte ordem: um pronome demonstrativo , um substantivo e um adjetivo.

[1]

A morte de minha mãe me encheu a vida inteira de uma melancolia desesperada. Por que teria sido com ela tão injusto o destino, injusto com uma criatura em que tudo era tão puro? Esta força arbitrária do destino ia fazer de mim um menino meio cético, meio atormentado de visões ruins. (REGO, 2010:28). (Grifos nossos).

Percebemos que em **esta força arbitrária** temos um encapsulamento anafórico que sumariza um trecho do texto precedente na citação acima, o que nos leva a compreender:

Primeiro, que **esta força arbitrária** evidencia o contexto prévio em que o próprio narrador coloca em pauta a morte de sua mãe e que tal acontecimento iria fazer de si um menino meio cético, meio atormentado de visões ruins. Então, **esta força arbitrária** encapsula o que a morte da mãe provoca no menino Carlinhos/no homem Carlos que no texto se apresentam na figura do narrador. Considerando-se que as informações suporte são as informações expressas no trecho precedente, elas permitem a recuperação do referente. Logo, percebe-se, através do encapsulamento, a que objeto de discurso se refere.

Em seguida, que o retorno ao passado no fragmento enfatiza o encapsulamento na memória de curto prazo, ou seja, não há um distanciamento entre o encapsulador e o referente precedente.

Posteriormente, percebemos que é análogo o fato de a narrativa memorialista contar algo retornando ao passado e a própria anáfora retomar o dito anteriormente.

É interessante a estrutura morfológica do encapsulador “esta força arbitrária” que se constitui, em ordem, por um pronome demonstrativo, um substantivo e um adjetivo. A estrutura foca o demonstrativo que refere-se à posição da força arbitrária no discurso ora citado “esta” por designar um objeto-de-discurso numa colocação, ou seja, a morte da mãe do narrador, o Carlinhos. Conforme vimos em Ducrot (1987), a enunciação se constitui pelo aparecimento de um enunciado. É justamente através do enunciado, produto da enunciação que percebemos a força da expressão anafórica “esta força arbitrária” que pertinentemente é utilizada pelo narrador para atribuir a responsabilidade de tal “dizer” ao enunciador. No exemplo dado, o narrador/enunciador apresenta o sentido como uma qualificação da enunciação. É realmente o que o narrador/enunciador transmite, o que representa para ele a tal força arbitrária, que sentidos carrega essa expressão anafórica, que expressão figura nessa voz que fala.

Abaixo, um outro exemplo de encapsulamento anafórico presente na obra fortalece a compreensão acerca da temática em estudo.

[2]

[...] A velha levantou-se com uma fúria para cima de mim, e com o seu chinelo de couro encheu-me o corpo de palmadas terríveis. Bateu-me como se desse num cachorro, trincando os dentes de raiva. E se não fosse a tia Maria que me acudisse, ela teria me despedaçado. Eu nunca tinha apanhado. Minha mãe quando queria me repreender por um malfeito, punha-me de castigo em pé ou sentado num lugar. Esta surra fora a primeira da minha vida. Chorei como um desenganado a tarde inteira, mas de vergonha que pelas pancadas. Não houve agrado que me fizesse calar.

[...]

Fui dormir imaginando tudo o que era vingança contra o diabo da velha. Queria vê-la despedaçada entre dois cavalos como a madrasta da história de Trancoso. E cortada aos pedaços na serra do engenho. Aquela injustiça brutal despertava em meu coração puro de menino os impulsos mais cruéis de desforra. (REGO, 2010:45). (Grifos nossos)

Como ocorreu em (1), a estrutura morfológica do encapsulador **aquela injustiça brutal** (2) é formada nessa ordem: um pronome demonstrativo, um substantivo e um adjetivo.

Aquela injustiça brutal retoma a surra que o menino Carlinhos havia tomado de sua tia, a velha Sinhazinha, devido ao pião com que ele estava brincando, ter caído em cima do pé da velha que por sua vez, levantou-se furiosamente e encheu o corpo do garoto de palmadas.

Diante disso, Carlinhos imaginava tudo o que era vingança para sua tia. Daí, **aquela injustiça brutal** encapsula toda a situação previamente narrada em que o menino leva uma surra. O objeto-de-discurso no “vir” em forma de encapsulador sumariza a narrativa prévia. Na memória do narrador, a lembrança não só o aflige, mas, quando se presentifica no momento em que narra o episódio, retoma o referente em **aquela injustiça brutal** e deseja ver a velha Sinhazinha cortada aos pedaços. Enquanto narrativa memorialista, a obra apresenta ações vividas no tempo passado. O uso do pronome “aquela” comprova a distância entre o presente e o passado que retorna na anáfora encapsuladora imbricada numa expressão referencial anafórica e encapsuladora.

Vejamos o quadro:

Exemplo	Encapsulamento	Estrutura morfológica
(1)	Esta força arbitrária	Pronome demonstrativo + substantivo + adjetivo
(2)	Aquela injustiça brutal	Pronome demonstrativo + substantivo + adjetivo

A correlação entre as estruturas dos fragmentos (1) e (2) está bem explicitada por meio do quadro acima.

Percebe-se, através da estrutura morfológica pronome demonstrativo, substantivo e adjetivo, em ordem, a relação entre os exemplos 1 e 2. Curioso é que

no caso do exemplo (1) foi utilizado o pronome esta e no exemplo (2) o pronome aquela.

Verificamos, portanto, que em **esta força arbitrária**, o pronome esta evidencia uma situação que mesmo que tenha ocorrido no passado, o narrador Carlos (outrora o menino Carlinhos) sente a morte de sua mãe com a mesma intensidade, com o mesmo sentimento de dor e tristeza que o acometera na época em que ocorrera a tragédia.

Na memória de Carlos, não há um distanciamento entre o ocorrido e o momento presente. Isso implica dizer que para ele, era como se fosse no momento presente. Ele nunca iria esquecer. Daí, o emprego de esta. É de sorte que no fragmento referendado, o encapsulador **esta força arbitrária** está centrado em Carlos.

No que tange ao emprego do encapsulador **aquela injustiça brutal**, além de remeter ao passado longínquo, que Carlos quer esquecer, pois, faz parte de uma de suas mais angustiantes lembranças e que, por sinal, instigou-o a ter pensamentos maldosos e de vingança para com a velha Sinhazinha. O pronome **aquela** foi muito bem escolhido pelo produtor textual quando, tomando corpo na figura do narrador, configura que entre ele e **aquela injustiça brutal** sofrida, há um distanciamento. Ele não quer lembrar do “ocorrido”. Diferente de **esta força arbitrária** que é a morte de sua mãe e ele não consegue esquecer. Está consigo e estará sempre, principalmente porque o fato de uma criança em tenra idade ter ficado órfã acarretaria uma dor inigualável e sobretudo inesquecível.

Nos dois exemplos anteriores, o narrador Carlos, segundo a classificação de Genette, é autodiegético, baseia-se nas lembranças da infância e é personagem central da narrativa. Reportando-nos à polifonia das vozes, autor e narrador se confundem. Ora, sabemos que apesar do foco do romance ser o texto, a figura do autor de *Menino de engenho* surge, pois, considera-se que é a história de vida do escritor que está sendo transportada para o plano da ficção. Essa "confusão" das vozes é percebida pelo leitor e de certo modo, compreendida. A esse respeito, lemos:

A mesma tendência de confundir autor e narrador pode ser observada no que diz respeito a leitor e narratário. O termo *narratário* foi cunhado para designar o sujeito para quem se narra, aquele a quem se dirige o discurso. Sempre que escrevemos um texto, estamos nos dirigindo a alguém, pressupondo a existência de um leitor, mesmo que possamos não definir ou imaginar, com nitidez, quem é esse alguém. Em muitas situações, sabemos quem é o leitor real de nossos textos. É o que ocorre com textos de endereçamento predeterminado e circulação restrita, como é o caso de cartas e outros tipos de mensagens pessoais. No entanto, mesmo em tais situações, criamos, no próprio texto, uma certa imagem do leitor. Quando digo, por exemplo: "Estou certo de que você compreenderá a minha atitude", estou *construindo* o leitor que desejo, um leitor compreensivo e bondoso - características que o leitor real pode não ter. Esse leitor construído, pressuposto, pressentido, desejado é o narratário. De maneira semelhante, podemos conhecer o autor real de um texto. Mas, no espaço textual, o autor aparece transfigurado, por omissão ou reforço de certos traços, ou seja, assumindo a voz de um narrador. Assim como o narrador é o resultado de um processo de ficcionalização do autor, o narratário é o resultado da ficcionalização do leitor. (SANTOS & OLIVEIRA, 2001, p.20).

Eis que o leitor da obra *Menino de engenho*, assumindo a condição de narratário, resultado da ficcionalização do leitor, compreenderá as vozes que se confundem (narrador/autor). O autor assume a voz do narrador, ainda que o narratário saiba da especificidade de uma narrativa memorialista, que perpassa pela questão da própria biografia do escritor, remetendo às suas vivências pessoais e valorizando seus traços autobiográficos.

Vejamos mais um trecho que apresenta o encapsulamento que se dá mediante um pronome demonstrativo, um substantivo e um adjetivo, como nos exemplos 1 e 2.

[3]

À noite, quando essa gente retornava, saíam atrás os moleques, com as latas de mel e os cabaços de caldona cabeça. Mas tudo isso, que fazia um acontecimento, agora me parecia de longe, indiferente. Só pensava nos meus retiros lúbricos com o meu anjo mau, nas masturbações gostosas com a negra Luísa. E comecei a querer-lhe um bem esquisito. Um bem que me arrastava ao rabo de sua saia para onde ela ia. E não gostava dos negros com quem se metia em cochichos. O grande mal dos amorosos, a inquietação dos que se sentem enganados, um ciúme impertinente enfiava-se todo pelo meu coração. A negra, porém, me dizia que eu ainda tinha o cheiro de leite na boca, e dava *rendez-vous* aos cabras pelas alcovas cheirosas das fruteiras.

Era um vício absorvente o meu pegadio com a negra Luísa. O sexo impunha-me essa escravidão abominável. (REGO, 2010, 122-123). (Grifos nossos).

Observemos no quadro abaixo que a estrutura morfológica do encapsulamento do exemplo [3] segue a mesma ordem que a dos exemplos [1] e [2].

Exemplo	Encapsulamento	Estrutura morfológica
(3)	Essa escravidão abominável	Pronome demonstrativo + substantivo + adjetivo

Em [3] verificamos que em **essa escravidão abominável**, o narrador, segundo Genette, também é autodiegético, pois, nesse trecho, o encapsulamento anafórico expressa as memórias do menino Carlos quando revela as suas experiências sexuais com a negra Luísa. Observemos no fragmento acima como está fortemente imbricado o sentimento do ciúme daquela mulher que despertava-lhe desejo e o fazia sentir prazer carnal.

Com relação à escolha da anáfora encapsuladora, percebemos seu caráter coesivo, haja vista que os nexos estabelecidos entre as palavras marca a articulação de ideias que vêm sendo desenvolvidas no texto. É realmente esse encapsulamento que, escolhido pelo narrador, remete ao que está previamente colocado : o menino Carlos sentia-se escravo, dominado pela negra Luísa por ser ela o seu "anjo mau" e companheira dos "retiros lúbricos" que o levavam aos delírios sexuais.

É importante ressaltar que em **essa escravidão abominável**, o narrador utiliza o pronome **essa** e não **esta**. Conforme Sacconi (2011, p.114), usa-se o pronome esse (e variações) em referência a seres que se encontram longe do falante e perto do ouvinte e também referindo-se ao que está na outra pessoa. Logo, o pronome utilizado no encapsulamento é pertinente, pois, o que ocorreu no passado não se encontra mais nele, há um distanciamento entre ele e o que lhe impunha a escravidão abominável dos encontros com a negra Luísa. Depreendemos que no encapsulamento citado, a escolha do demonstrativo fortalece a questão do ocorrido não possuir a mesma significância que **esta força arbitrária** para o

menino/homem Carlos (o sentimento do que a morte de sua mãe causou em si). Vemos ainda em Sacconi (2011, p.113) que o pronome este (e variações) usa-se em referência ao ser que está em nós. Evidentemente, a morte da mãe de Carlos está nele, nunca deixará de estar e de fazer parte de suas memórias. Observamos, ainda, no exemplo [3] que o adjetivo **abominável** mantém um papel importante no encapsulamento que fortalece a escolha do pronome **essa**. Trata-se, pois, de uma escravidão detestável e o narrador tinha horror a si mesmo por ter se sentido escravo do sentimento de ciúme e ter sentido dependência sexual da referida negra.

Enfim, essa escravidão abominável remete ao contexto precedente de modo que o narrador convence o próprio leitor através do percurso argumentativo do texto, a que realmente ele sente vergonha, até mesmo horror dos momentos de orgia sexual vividos na sua infância na fazenda do avô. Não há dúvida de que a expressão encapsuladora **essa escravidão abominável** recategoriza uma informação dada anteriormente e contribui para a orientação argumentativa do texto, além de apresentar o locutor/enunciador que, por sua vez, expressa-se através de lembranças, atitudes, ações e até de seu próprio ponto de vista com relação ao que fora por ele vivido. Como a responsabilidade do ato de fala é atribuída ao enunciador, notamos o quanto o narrador, assumindo a condição de enunciador é responsável pelo seu dizer de forma coesa, contribuindo para a compreensão do texto, incluindo outros conhecimentos sobre o que está sendo referido. No caso do exemplo [3], os valores éticos, a educação familiar, a questão do "pecar" estão presentes no próprio encapsulamento.

Observamos também expressões anafóricas que em sua base composicional possuem um pronome demonstrativo e um substantivo, em sequência. Elas possuem em sua estrutura o substantivo que indica o nome, na forma de encapsulador, do objeto-de-discurso previamente colocado no contexto de produção. Vejamos:

[4]

À tarde, estava o meu avô sentado na sua cadeira, perto da banca, no alpendre, quando chegaram Maria Pia e a mãe. Vinham todas duas chorando. A velha correu logo para a Tia Maria, ajoelhando-se aos seus pés:

- Proteja a minha filha, Maria menina.

O meu avô ordenou que acabasse com aquela latomia. E mandou buscar um livro que havia debaixo do santuário. (REGO, 2010:65). (Grifos nossos).

Observamos no fragmento acima que o encapsulamento **aquela latomia**, além de argumentar, colabora com a progressão textual. Em **aquela latomia**, verificamos o potencial argumentativo de **latomia**, que significa ruído, barulho. Segundo o dicionário informal.com.br, “latomia é uma briga de cão com gato. Um late e outro mia”. Na verdade, o sentido expresso pela referida anáfora encapsuladora é bastante amplo, pois, a latomia inicia-se desde o choro das duas mulheres, a corrida da velha para obter ajuda de Tia Maria, o ajoelhar-se aos pés desta, pedindo-lhe para proteger Maria Pia, sua filha. O fato é que a menina havia colocado a culpa da sua “desonra” em Chico Pereira, um moleque da bagaceira, um cambiteiro. Na verdade, o autor da desonra foi o filho do coronel e não o moleque Chico.

Percebemos que em **aquela latomia**, cria-se um novo objeto de discurso. Os referentes, ao serem retomados, servem de base para a introdução de novos referentes, o que promoverá sentido ao texto e facilitará a compreensão textual. Então, a informação-suporte foca o sentido estabelecido no discurso e as anáforas encapsuladoras, através de seu potencial argumentativo, convencem o leitor da validade do juízo de valor defendido no texto. Nessa perspectiva, o texto progride.

É interessante verificarmos que **aquela latomia** compõe-se por pronome demonstrativo seguido de substantivo. Observemos o quadro abaixo:

Exemplo	Encapsulamento	Estrutura morfológica
(4)	Aquela latomia	Pronome demonstrativo + substantivo

Essa expressão anafórica se distingue dos dois primeiros exemplos, em que temos o adjetivo caracterizando o substantivo de forma clara para os propósitos do narrador. Nesse caso, a anáfora rotula, avalia o referente. No exemplo 3, a expressão anafórica **aquela latomia** apresenta a força ilocutória do narrador quando se refere à voz do avô do menino Carlinhos, pois fora o velho coronel Zé Paulino

que ordenara que a mãe de Maria Pia parasse com os rogos, as súplicas para proteger sua filha de Chico Pereira.

A respeito de um desdobramento de vozes, vimos em Ducrot (1987, p. 185), que é possível que uma parte de um enunciado atribuído a um primeiro locutor seja imputado a um segundo locutor. O autor observa que num romance, o narrador principal pode inserir no seu relato o relato que lhe fez um segundo narrador. Comprovamos esse postulado quando o narrador Carlos insere em seu relato o relato do seu avô.

O enunciador da expressão anafórica **aquela latomia** é o avô do Carlos. Há, portanto, um "jogo" de vozes no trecho da narrativa que apenas é compreendido pelo contexto em que se apresenta. O sentido é situado, haja vista que o locutor é o autor das palavras e o enunciador é o agente dos atos ilocutórios. É óbvio que o locutor, ser do discurso, atribui a responsabilidade ao enunciador. Conforme vimos anteriormente em Genette, o locutor é igual ao narrador e se opõe ao autor. O narrador/locutor (Carlos) atribui a responsabilidade ao enunciador (o avô de Carlos). Para tanto, essas vozes se opõem à do autor (José Lins do Rego), uma vez que o autor imagina ou inventa, enquanto que o narrador relata.

Apresentaremos mais um fragmento que evidencia uma expressão anafórica que é formada, sequencialmente, por um pronome demonstrativo e um substantivo.

[5]

Quando vi o trem se aproximar como um bicho comprido que viesse para uma armadilha, deu-me uma agonia dentro de mim que eu não soube explicar. Parecia que eu ia ver ali perto de mim pedaços de gente morta, cabeças rolando pelo chão, sangue correndo no meio de ferros desmantelados. E num ímpeto, com o trem que vinha roncando pertinho, corri para a pedra e com toda minha força empurrei-a pra fora. Um instante mais ouvi o ruído da máquina que passava. Fiquei sozinho, ali no ermo da estrada de ferro. Os meus primos e os moleques tinham corrido. Meu coração batia apressado. Parecia que eu era o único culpado daquela desgraça que não acontecera. Comecei a chorar com medo do silêncio. Muito de longe o trem apitava. E banhado pelas lágrimas andei para casa. Nunca mais em minha vida o heroísmo me tentaria por essa forma. (REGO, 2010, p. 67). (Grifos nossos).

Exemplo	Encapsulamento	Estrutura morfológica
(5)	Aquela desgraça	pronome demonstrativo + substantivo

Em **aquela desgraça** há o encapsulamento que sumariza o trecho em que o narrador Carlos relata que seu primo Silvino botou uma pedra na rampa do Caboclo para virar o trem que ora se aproximava, no entanto, o menino Carlos correu para a pedra e empurrou-a para fora. Ele atribui a si a culpa **aquela desgraça** que não acontecera. A desgraça a que alude o narrador é a virada do trem na rampa do Caboclo, ocasionando as mortes dos passageiros que estavam nesse meio de locomoção.

O narrador assume a condição de locutor/enunciador, pois, está imbricado na expressão anafórica do exemplo supracitado o sentimento que o dominou no instante em que ele empurrou para fora a pedra, evitando, a desgraça que poderia ter ocorrido. É o próprio narrador quem fala e, ademais, evidenciamos que Carlos, enquanto locutor e enquanto ser do mundo, é uma pessoa completa que possui a propriedade de ser a origem do enunciado. O enunciado partiu do locutor/narrador, assegurando-lhe, nesse sentido, a condição de enunciador. Vale ressaltar que o enunciador se expressa através da enunciação e que apresenta seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, suas palavras. Está explícito na expressão **aquela desgraça** o quanto ela está impregnada de sentimento, de posição e até mesmo de ponto de vista. Tudo isso relaciona-se à sua educação esmerada, aos princípios éticos e à sua própria personalidade. Enfim, o menino Carlos não teria a coragem de fazer tamanha maldade.

Veremos outro fragmento do romance *Menino de engenho* que apresenta uma expressão anafórica formada, em sequência por um substantivo, a preposição de, um pronome demonstrativo e um substantivo.

[6]

- Você vai jurar em cima deste livro santo como contará a verdade de tudo. O cabra está no tronco. Ele nega, prefere morrer a casar.

Vamos, bote a mão aqui em cima e diga o nome de quem lhe fez mal.

Deu o livro vermelho com a cruz dourada na capa para a negra botar a mão em cima. A velha e a filha ficaram fora do mundo. Aquele livro santo não era para menos. E então a mãe de Maria Pia, como se estivesse com a faca nos peitos:

- Menina, não bota a tua alma no inferno.

O povo todo tinha chegado para perto da mulata.

- Vamos - disse o meu avô, com aquela sua voz de mando.

E a mulata com os olhos esbugalhados:

- Juro que foi o doutor Juca quem me fez mal.

O meu avô não deu uma palavra. só fez dizer:

- soltem o cabra.

Corri para ver Chico Pereira, com a ânsia de encontrar o meu constituinte inocente.

Ele não podia andar. Os pés inchados não tocavam no chão.

- Estou com um formigueiro no corpo todo. Eu não dizia que a negra não prestava? O doutor Juca agora vai ficar com mais esta nas costas.

Na casa-grande só se falava baixinho no caso. Minha tia Maria não me deu uma palavra. Na hora da ceia meu avô pouco falou. Tio Juca não viera para a mesa. Apenas no fim o velho José Paulino queixou-se:

- Não sei para que servem os estudos. A gente gasta um dinheirão, e eles voltam pra fazer besteiras desta ordem. (REGO, 2010, p. 65-66). (Grifos nossos).

Exemplo	Encapsulamento	Estrutura morfológica
(6)	Besteiras desta ordem	Substantivo + (de) + pronome demonstrativo + substantivo

Percebemos no encapsulamento **besteiras desta ordem** que determinado referente precedente é mantido de forma resumida, encapsulada. O Doutor Juca, filho do Coronel José Paulino foi quem "desonrou", ou seja, tirou a virgindade de Maria Pia, mulata do engenho. Quando o narrador/locutor faz menção ao fato com tamanha explicitude e põe no contexto a voz do avô do menino Carlos para aludir à que gasta-se uma fortuna com os estudos dos filhos e eles voltam para o seio familiar para fazerem **besteiras desta ordem**, a expressão anafórica em destaque refere-se às atitudes insensatas como a que foi citada no contexto do fragmento: o fato do seu filho (Doutor Juca) ter praticado sexo com Maria Pia, desonrando-a. No exemplo citado, **besteiras desta ordem** mantém ativo o referente previamente colocado, enfatizando-o, tornando-o mais forte, qualificando-o ainda mais como uma

atitude impensada. A voz que fala no fragmento é a voz do avô do Carlos. Daí, o narrador é apenas locutor, pois, é um ser do discurso, não tem a responsabilidade do ato de fala, atribuição do enunciador. O enunciador é o avô de Carlos.

O locutor apresenta a enunciação de outra voz que não a sua nesse contexto, assimilando-se, a voz de outro no discurso. Indubitavelmente, o narrador/locutor é um ser do discurso que atribui a responsabilidade do ato de fala a outro (o avô do menino de engenho). A enunciação é concebida como expressão da posição, da atitude e do ponto de vista do avô acerca daquela situação constrangedora pela qual passou naquele momento.

A seguir, temos um exemplo de encapsulamento anafórico que é formado por um pronome demonstrativo, um substantivo e uma locução adjetiva.

[7]

Depois mandaram-me para a aula dum outro professor, com outros meninos, todos de gente pobre. Havia para mim um regime de exceção. Não brigavam comigo. Existia um copo separado para eu beber água, e um tamborete de palhinha para "o neto do coronel Zé Paulino". Os outros meninos sentavam-se em caixões de gás. Lia-se a lição em voz alta. A tabuada era cantada em coro, com os pés balançando, num ritmo que ainda hoje tenho nos ouvidos. Nas sabatinas nunca levei um bolo, mas quando acertava, mandavam que desse nos meus competidores. Eu me sentia bem com todo esse regime de miséria. Os meninos não tinham raiva de mim. Muitos deles eram de moradores do engenho. Parece que ainda os vejo, com seus bauzinhos de flandres, voltando a pé para casa, a olharem para mim, de bolsa a tiracolo, na garupa do cavalo branco que me levava e trazia da escola. (REGO, 2010, P. 55). (Grifos nossos).

Exemplo	Encapsulamento	Estrutura morfológica
(7)	Esse regime de miséria	Pronome demonstrativo + substantivo + locução adjetiva

Percebemos que no encapsulamento anafórico **esse regime de miséria** há a sumarização de um conteúdo textual anterior em que o menino Carlos relata o fato de como os outros meninos com os quais estudava eram tratados pelo professor e até por ele mesmo. Aqueles meninos pobres carregavam em si a condição da

miserabilidade humana sendo discriminados, humilhados, recebendo tratamento diferente do menino Carlos. O fragmento acima nos fornece a riqueza de detalhes como o fato de que os meninos pobres bebiam água em copos que o menino Carlos não bebia, pois, o neto do coronel Zé Paulino tinha seu copo separado, eles também sentavam em caixões de gás enquanto Carlos sentava num tamborete de palhinha. E o ponto máximo da crueldade naquele contexto: os meninos apanhavam de Carlos quando este acertava a tabuada.

O enunciador, a quem é atribuída a responsabilidade do ato de fala é identificado na voz do narrador, pois, a anáfora encapsuladora **esse regime de miséria** apresenta um ponto de vista exposto por meio do enunciado. O locutor identifica-se com o enunciador, sendo, portanto, observado como locutor/enunciador. Lembramos que em Genette (1972 *apud* DUCROT, 1987, p. 194), o correspondente do locutor é o narrador que ele opõe ao autor. Levando isto em consideração, narrador/autor se confundem, pois, trata-se de uma narrativa memorialista em que José Lins do Rego narra a história que contém traços autobiográficos. O autor revive na voz do narrador passagens de sua própria vida. Para compreender esse imbricamento de vozes, o leitor (narratário), deve ser conhecedor da biografia do escritor.

A progressão textual dá-se mediante ao movimento de retroação na voz do narrador que, como dissemos anteriormente, é também locutor/enunciador. A anáfora encapsuladora **esse regime de miséria** possui valor coesivo e argumentativo. Ressaltamos a relevância da coesão vislumbrada não apenas como fator de textualidade, mas como veiculadora de sentido no encapsulamento. No que concerne à linha argumentativa do próprio encapsulamento, há o convencimento do leitor da validade do juízo de valor defendido no texto, ou seja, é mesmo um regime de miséria aquele a que os meninos pobres se submetiam para frequentar a escola.

O narrador é autodiegético, segundo a classificação de Genette, pois, é personagem central da narrativa. Evidentemente, a enunciação expressa a atitude e o ponto de vista do narrador no que diz respeito ao tratamento que os meninos pobres recebiam do menino Carlos e do próprio professor.

Sabendo que as formas de referenciação são selecionadas pelos interlocutores textuais e orientadas intersubjetivamente e que os sentidos são construídos e reconstruídos ao longo da continuidade do texto, teceremos algumas considerações acerca das análises realizadas nessa pesquisa.

Indubitavelmente, pode-se depreender que na obra *Menino de engenho* as anáforas encapsuladoras são recursos que além de resumir sequências textuais anteriormente citadas, possuem potencial argumentativo, pois, fortalecem o que foi dito de modo a focar o sentido estabelecido no discurso. A escolha do núcleo do sintagma encapsulador realizada pelo produtor textual orienta argumentativamente o texto e ajuda o leitor a compreender melhor o texto.

Confirmamos que a fundamentação teórica que respalda essa pesquisa aborda a referenciação como uma atividade interacional e os referentes como objetos de discurso construídos no decorrer dessa atividade. Nas análises realizadas nos trechos selecionados da obra, vimos que as anáforas encapsuladoras foram pertinentemente escolhidas pelo produtor textual de modo a fortalecer o que foi dito. As expressões nominais rotulam uma parte do cotexto, além de estabelecer um novo referente. Quanto à polifonia de Ducrot (1987, p. 193), ressaltamos que a figura do locutor, responsável pelo enunciado, dá existência aos enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes. Percebemos que o narrador Carlos assumiu a condição de locutor/enunciador na maioria dos trechos analisados e em apenas dois trechos o enunciador é o seu avô. Convém, então, evidenciarmos que o narrador, nesses casos, é apenas locutor.

Por fim, as análises permitiram verificar a importância dos encapsulamentos e sua relação com a voz do narrador de *Menino de engenho*. Notamos que o contexto é relevante para a identificação da voz que se enuncia como narrador/locutor ou como narrador/enunciador, pois, ele é o lugar onde se constroem e reconstroem as significações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre as anáforas encapsuladoras na voz do narrador de *Menino de engenho* trata, em primeiro lugar, de verificar o papel dos encapsulamentos, qual a sua importância e como se situam as cadeias anafóricas na dimensão do discurso. Comentamos que os referentes passam a ser objetos-de-discurso e que apesar disso, não se nega a existência do mundo extramental, pois, este continua sendo a base para a designação, conforme Marcuschi (2008). As expressões anafóricas remetem a elementos previamente colocados no texto de modo a resumirem, encapsularem as informações-suporte. Ressaltamos que a função das anáforas não se limita apenas a resumir, a sumarizar, mas incluir outros conhecimentos sobre o que está sendo referido. No caso das análises das anáforas encapsuladoras na voz do narrador do citado cânone literário, verificamos que o narrador se pronuncia por distintas vozes, quer seja do menino Carlos, quer seja do avô do menino. E os encapsulamentos se dão de maneira a perceber a importância das vozes que ora se apresentam. O autor, o narrador, o locutor e o enunciador comprovam que o dito e o compreendido requerem do leitor conhecimento de mundo sobre o que está enunciado. Podemos depreender que as expressões anafóricas evidenciam as vozes que se confundem na voz do próprio narrador. Ora, é o próprio narrador que se enuncia sendo o enunciador, ora é apenas o locutor que enuncia outra voz. E é de sorte que à luz da Polifonia de Ducrot, percebemos a hierarquia entre o sujeito falante, o locutor e o enunciador.

O sujeito falante é o sujeito que produz o enunciado, o locutor é aquele que diz *eu* e o enunciador é aquele a quem é atribuída a responsabilidade do ato de fala na teoria polifônica de Ducrot. Em se tratando do romance *Menino de engenho* ser uma narrativa memorialista, focamos no estudo das anáforas encapsuladoras haja vista que tanto o romance retoma o que está na memória do narrador Carlos como as anáforas retomam trechos anteriormente citados no discurso por meio de expressões anafóricas. No caso, digamos que trata-se de uma analogia entre as anáforas e o romance memorialista. Possibilitamos, através dessa pesquisa, a compreensão de que os estudos linguísticos podem ser considerados no cânone

literário citado, de forma a perpassar pelo viés da linguística textual e não o da literariedade em si.

Pesquisas científicas desenvolvidas no universo acadêmico sobre as anáforas encapsuladoras são realizadas com textos jornalísticos, jurídicos, midiáticos, enfim, com outros gêneros textuais. No entanto, com relação aos textos literários, temos observado um número reduzido de investigações, o que nos fez focar na obra supracitada para a realização desse trabalho.

Evidentemente, a contribuição dessa pesquisa para o ensino de Língua Portuguesa dá-se mediante os estudos linguísticos e sua relação com a literatura. Possivelmente, esse trabalho instigará outras pesquisas, envolvendo a referência e as anáforas encapsuladoras na voz do narrador de obras literárias, enfatizando, então, que a profusão de vozes é explicada no contexto. De que voz se está falando? É da voz do narrador apenas locutor ou a voz do locutor/enunciador?

Finalmente, a obra *Menino de engenho* possibilitou-nos adentrar pelas portas do texto literário e fez-nos perceber o quão significativo é o estudo que foca a Ciência Linguística e que pode ser consolidado em quaisquer gêneros textuais, permitindo que ressaltemos que há uma identidade entre língua e literatura.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Tânia Maris de. **Semântica argumentativa: A Teoria e seu potencial para a pesquisa e o ensino**. In: FANTI, Maria da Glória di; BARBISAN, Leci Borges. **Enunciação e discurso: tramas de sentidos**. São Paulo: Contexto, 2012.

BARBISAN, Leci Borges; TEIXEIRA, Marlene. **Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot**. Revista Organon- Os estudos enunciativos: a diversidade de um campo. v. 16, n. 32-33 (2002), p. 161-180.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução Mário Laranjeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BEAUGRANDE, Robert – Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introducción a la linguística del texto**. Tradução de Sebastián Bonilla. 1ª reimpressão. Barcelona: Editorial Ariel, 2005.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Trad. Eduardo Guimarães. 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BEZERRA, Paulo. **Polifonia**. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos-chave**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 43. Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRAIT, Beth. **Literatura e outras linguagens**. São Paulo: Contexto, 2010.

BRISOLARA, Valéria. **Narrativa, memória e identidade: o boom das narrativas de cunho memorial**. Cenários. Porto Alegre, v. 1, n. 5, 1º semestre de 2012.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. **A força das palavras: dizer e argumentar**. 1.ed., São Paulo, Contexto, 2011.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: contexto, 2013.

_____ ; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (org.).

Referenciação. Clássicos da Linguística I. São Paulo: Contexto, 2003.

_____ ; LIMA, Silvana Maria Calixto de. (orgs.)

Referenciação: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2013.

CONTE, Maria-Elisabeth. **Encapsulamento anafórico.** In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (org.). **Referenciação.** Clássicos da Linguística I. São Paulo: Contexto, 2003.

CORTEZ, Suzana Leite. **A anáfora no processamento textual.** Revista Estudos da Língua (gem).Vitória da Conquista, v.10, n.2, p.11-29, 2012.

DINIZ, Deize Fernandes; BORIN, Maísa Augusta. **Uma análise das funções da linguagem presentes em folders de campanhas sobre segurança no trânsito com base na teoria do linguista Roman Jakobson.** Revista Linguasagem. 15ª. edição. EDUFSCar. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP:2010.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais.** 11. ed. São Paulo: Ática, 2009.

_____ ; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Linguística textual: Introdução.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Dicionário de linguística da enunciação.** Organizadores Valdir do Nascimento Flores et al. São Paulo: Contexto, 2009.

_____ ; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação.** São Paulo: Contexto, 2008.

FRANCIS, G. **Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais.** In: CAVALCANTE, M.M.; RODRIGUES, B.B. & CIULLA, A. (Orgs.). **Referenciação.** São Paulo: Contexto, 2003.

GUEDES-PINTO, A.L.; SILVA, L.C.B.; GOMES,G.G. **A memória como possibilidade: narrativa em foco.** In: GUEDES-PINTO, A.L.; SILVA, L.C.B.; GOMES, G.G.. **Memórias de leitura e formação de professores.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008, p.18-19.

LUNARDI, Giovana Reis; FREITAS, Ernani Cesar de. **O encapsulamento anafórico como recurso argumentativo em reportagem jornalística e artigo de opinião**. Visão Global. Joaçaba. Edição especial 2012, p. 49-72.

KATO, Mary A. **No mundo da escrita - uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1987.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 10. ed., São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. **A coesão textual**. 22. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **As tramas do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____; MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Processos de referenciação na produção discursiva**. Revista D.E.L.T.A., vol. 14 : pp. 169-190. Número especial. São Paulo: 1998.

_____; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. Tradução Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **O linguista e o discurso literário**. In: BRAIT, Beth. **Literatura e outras linguagens**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto: o que é e como se faz**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco. Série Debates 1, 1983.

_____. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In: MIRANDA, Neusa Salim; NAME, Maria Cristina (Orgs). **Linguística e cognição**. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2005, p. 49-77.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa**. Revista Veredas. Juiz de Fora, v.6 n.1, p.43-62, 2009.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cultrix, 2004.

_____. **A análise literária**. São Paulo: cultrix, 2007.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. **Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação**. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). **Referenciação**. Clássicos da Linguística I. São Paulo, Contexto, 2003.

NEVEU, Franck. **Dicionário de Ciências da Linguagem**. Tradução de Albertina Cunha, José Antônio Nunes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Clenir Bellezi de. **Arte literária: Portugal-Brasil**. São Paulo, Moderna, 1999.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. Trad. M.R. Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2006.

PLANTIN, Christian. **A argumentação: História, teorias, perspectivas**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

REGO, José Lins do . **Menino de engenho**. 102ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

SACCONI, Luiz Antonio. **Gramática básica Sacconi**. 2. ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

SANTOS, Luis Alberto Brandão; OLIVEIRA, Silvana Pessoa de. **Sujeito, tempo e espaço ficcionais: introdução à teoria da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SILVA, Carmem Luci da Costa. **O diálogo de Oswald Ducrot com Émile Benveniste**. In: TEIXEIRA, Marlene; FLORES, Valdir do Nascimento. O sentido na linguagem: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

SOUZA, Cláudia Nívia Roncarati de. **As cadeias do texto: construindo sentidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

TRASK, R. L; MAYBLIN, Bill. **Entendendo linguística**. Tradução de Ana Carolina Gasonato. São Paulo: Leya, 2013.